



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

## RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ EXERCÍCIO 2021

30 de março de 2022



Assinado com senha por OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU(usuário), TIAGO SILVA GUIMARAES(usuário), MILENE LAISE SILVA CORREA(usuário), LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO(usuário), BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO(usuário), STELA REIS DE SOUZA(usuário), HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO(usuário) e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL(usuário).  
Use 3170021.20480493-990 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO \*Data e hora: 31/03/2022 10:57



PAMEM202214488





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**PRESIDENTE**

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro

**VICE-PRESIDENTE**

Des. Ronaldo Marques Valle

**CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA**

Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

**EQUIPE SECOI**

**SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**

Tiago Silva Guimarães

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Betânia Souza da Silva Pinheiro

**DIVISÃO DE AUDITORIA**

Lourival Pereira Boulhosa Neto – Chefe

Oscar Bruno Maciel de Abreu – Analista Judiciário/ Análise de Sistemas - Suporte

Sheila Alves de Lima Maciel – Requisitada/ Arquitetura

Stela Reis de Souza – Analista Judiciária/ Ciências Contábeis

**DIVISÃO DE CONTROLE DE RECEITAS**

Milene Laíse Silva Correa – Chefe

Humberto Pereira Lima Filho – Analista Judiciário/ Ciências Contábeis



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

## UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

### Missão

A missão da Unidade de Auditoria Interna do PIPA é subsidiar a instituição no alcance de metas e realização dos objetivos, promovendo relações sinérgicas e mobilizando a gestão efetiva de riscos, controles e governança, aplicando as melhores práticas de auditoria, com visão estratégica, equipes capacitadas e voltadas para a inovação.

### Visão

Conquistar nível de excelência na área de auditoria interna governamental, tornando-se referência no âmbito do Poder Judiciário nacional.

### Valores

Profissionalismo, imparcialidade, ética, cooperação, independência, e inovação são valores que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do PIPA.



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SECOI?**

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, realizada pela Secretaria de Controle Interno, referente ao exercício 2021.

**POR QUE A SECOI REALIZOU ESTE TRABALHO?**

O artigo 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. Ainda no tocante à Prestação de Contas, a Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, itens 23, 24 e 25 do Anexo I, combinada com o Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determinam à unidade de controle interno a elaboração de relatório e parecer com o objetivo de refletir conclusivamente e de forma segregada por gestor, quando for o caso, as situações significativas apuradas no que diz respeito aos aspectos de regularidade e de gestão. Em obediência aos normativos citados acima, esta SECOI incluiu a elaboração dos referidos relatórios e parecer no Plano Anual de Auditoria 2022 e apresenta neste documento o resultado deste trabalho.

**QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SECOI?**

Conforme determinado no Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017, esta SECOI analisou as situações significativas apuradas no exercício de 2021, no que diz respeito aos aspectos orçamentários, financeiros e de gestão, concluindo ser possível recomendar a aprovação das contas dos responsáveis arrolados na presente Prestação de Contas.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SUMÁRIO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - SECOI? 4	
POR QUE A SECOI REALIZOU ESTE TRABALHO?..... 4	4
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SECOI?..... 4	4
Lista de Quadros ..... 6	6
Lista de Gráficos ..... 7	7
INTRODUÇÃO ..... 8	8
Apresentação..... 8	8
Metodologia ..... 9	9
1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO..... 10	10
1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária ..... 10	10
2. DA ANÁLISE DA GESTÃO..... 17	17
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal ..... 17	17
2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações ..... 24	24
2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia ..... 36	36
2.4. Avaliação da Gestão de TIC ..... 43	43
3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 47	47
3.1. Do Balanço Orçamentário ..... 47	47
3.2. Do Balanço Financeiro ..... 61	61
3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa ..... 67	67
3.4. Balanço Patrimonial ..... 72	72
3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais ..... 84	84
CONSIDERAÇÕES GERAIS..... 89	89





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**Lista de Quadros**

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2021 .....	11
Quadro II - Dotação Atualizada 2021 .....	12
Quadro III - Dotação por Programa UG 040101 .....	13
Quadro IV - Dotação por Programa UG 040102 .....	14
Quadro V - Dotação por Programa UG 040103 .....	16
Quadro VI - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA .....	19
Quadro VII- Despesa de pessoal ativo em 2021 .....	19
Quadro VIII – Programa e Ação-Projeto Atividade .....	21
Quadro IX - Quadro resumo da evolução de servidores .....	24
Quadro X - Deságio no valor contratado .....	27
Quadro XI - Execução físico-Financeira .....	37
Quadro XII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física .....	39
Quadro XIII - Execução físico-financeiro da Reforma e Manutenção dos Prédios .....	41
Quadro XIV - Valores referente ao projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário” .....	44
Quadro XV - Dotação Atualizada UG 040101 .....	47
Quadro XVI- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101 .....	49
Quadro XVII - Dotação Orçamentária x Empenhado .....	49
Quadro XVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101 .....	50
Quadro XIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101 .....	52
Quadro XX- Dotação Atualizada UG 040102 .....	53
Quadro XXI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101 .....	54
Quadro XXII - Dotação Orçamentária x Empenhado .....	54
Quadro XXIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102 .....	56
Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102 .....	57
Quadro XXV- Dotação Atualizada UG 040103 .....	58
Quadro XXVI- Balanço Orçamentário - UG 040103 .....	58
Quadro XXVII- Dotação Atualizada x Empenhado .....	58
Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103 .....	59
Quadro XXIX - Balanço Financeiro 2021 – UG 040101 .....	61
Quadro XXX - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101 .....	63
Quadro XXXI - Balanço Financeiro 2021 - UG 040102 .....	64
Quadro XXXII - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102 .....	65
Quadro XXXIII - Balanço Financeiro 2021 – UG 040103 .....	66
Quadro XXXIV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040103 .....	66
Quadro XXXV - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101 .....	67
Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102 .....	69
Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103 .....	70
Quadro XXXVIII - BALANÇO PATRIMONIAL .....	72
Quadro XXXIX - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES .....	73
Quadro XL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	74
Quadro XLI - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO .....	74
Quadro XLII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo .....	75
Quadro XLIII - Componentes do patrimônio líquido .....	75
Quadro XLIV - BALANÇO PATRIMONIAL .....	76
Quadro XLV - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES .....	77
Quadro XLVI - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	78
Quadro XLVII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO .....	78
Quadro XLVIII - Imobilizado .....	78
Quadro XLIX - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo .....	79
Quadro L - Componentes do patrimônio líquido .....	80
Quadro LI - BALANÇO PATRIMONIAL .....	81
Quadro LII - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES .....	82
Quadro LIII - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	82
Quadro LIV - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO .....	83
Quadro LV - Componentes do patrimônio líquido .....	83
Quadro LVI - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	85
Quadro LVII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	86
Quadro LVIII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	87





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**Lista de Gráficos**

Gráfico 1 Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101 .....	14
Gráfico 2 Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional .....	15
Gráfico 3 Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão .....	16
Gráfico 4- Série Histórica das Despesas Totais do Poder Judiciário .....	17
Gráfico 5 - Evolução da despesa de pessoal por habitante .....	18
Gráfico 6 - Evolução dos gastos com pessoal .....	20
Gráfico 7- Licitações por modalidade .....	25
Gráfico 8- Valor homologado .....	26
Gráfico 9 - Natureza da contratação .....	27
Gráfico 10- Valor contratado X Natureza da contratação .....	28
Gráfico 11- Quantitativo de dispensa por fundamentação legal .....	29
Gráfico 12 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal .....	30
Gráfico 13- Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação .....	31
Gráfico 14 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal .....	32
Gráfico 15 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal .....	32
Gráfico 16 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação .....	33
Gráfico 17 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação .....	34
Gráfico 18 - Valor atual por modalidade de licitação .....	35
Gráfico 19 – Valor atual por natureza da contratação .....	35
Gráfico 20 – Executado x Disponível .....	37
Gráfico 21 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia .....	38
Gráfico 22 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário .....	39
Gráfico 23 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário .....	41
Gráfico 24 – Meta Física x Meta Financeira .....	44
Gráfico 25 – Participação do orçamento .....	45
Gráfico 26 – Recursos Aplicados no projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura .....	46





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

## INTRODUÇÃO

### Apresentação

O presente relatório tem por finalidade dar apoio ao órgão de controle externo na análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará – PJPA, **exercício de 2021**, em atendimento ao Art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, ao Art. 6º, inciso VI, da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o Art. 2º, inciso IV, da Resolução 18.919/2017 e com o Anexo I, da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das seguintes Unidades Jurisdicionadas: UJ 1.0.006.00 - Tribunal de Justiça do Estado; UJ 1.9.025.00 - Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ); UJ 1.9.010.00 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará e UJ 1.0.005.00 - Justiça Militar do Estado.

O escopo do relatório de análise da prestação de contas consiste em verificar a regularidade das contas apresentadas pela gestão, a partir da análise dos itens obrigatórios definidos no Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, utilizando como critérios leis e normas vigentes, e como parâmetros, metas e objetivos delineados pelos Macrodesafios, Programas e Projetos-atividade definidos para o exercício de 2021.

Não foram analisados os registros contábeis que deram origem aos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis; autos de processos licitatórios e contratos; processos de medição de obras e serviços de engenharia.

Para a verificação de regularidades das contas, esta SECOI utilizou alguns critérios de análise, dentre outros, os citados abaixo:

- Plano Plurianual – PPA 2020-2023;
- Lei nº 9.105/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2021);
- Lei nº 9.160/2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2021);
- Plano de Gestão 2021-2023;
- Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023;
- Relatório de Gestão 2021 da Escola Judicial do PJPA;
- Anexos componentes da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.



PAMEM202214488







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão de áreas relevantes para a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os trabalhos realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado e definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA, abordam os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2021, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até às explicações sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão em relação aos demais recursos para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal (recursos humanos)*, *Compras e Contratações (recursos materiais)*, *Obras e Serviços de Engenharia (recursos de infraestrutura civil)*, e *Tecnologia da Informação e Comunicação (recursos tecnológicos)*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

### Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos realizados pela SECOI seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Foram utilizadas técnicas de auditoria e de análise de documentos consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos e dados e exame de relatórios e de atos de gestão.

Especificamente para a análise do panorama orçamentário e análise das demonstrações contábeis foram utilizados como instrumentos auxiliares de aferição e pesquisa, os sistemas SIAFEM<sup>1</sup> e BO<sup>2</sup>, sendo estes essenciais para o cotejamento dos lançamentos evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas.

Para a análise dos atos de gestão, foram utilizados o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2021, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJP A cotejados essencialmente com a documentação anexada ao sistema E-Jurisdicionado, acrescida das justificativas e documentos comprobatórios necessários, para fins de Prestação de Contas.

## **1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO**

A Lei Estadual nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2020-2023, e apresentou as dimensões estratégicas do Plano em “Programas Temáticos e Programas de Gestão”, “Manutenção” e “Serviços ao Estado”, elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes.

A Lei Estadual nº 9.105, de 21 de julho de 2020, instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que dispôs sobre as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2021.

A Lei Estadual nº 9.160, de 06 de janeiro de 2021, instituiu a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício financeiro de 2021, estabelecendo a dotação orçamentária ao PJP A através dos Programas Temáticos “Atuação Jurisdicional”, “Governança Pública” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”.

### **1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária**

Na avaliação da execução orçamentária será verificada a realização das despesas frente a arrecadação da receita.

<sup>1</sup>Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

<sup>2</sup>*Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFEM dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

### 1.1.1. Da Dotação

Através da Lei Estadual nº 9.160/2021, foi estimada a receita e fixada a despesa para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2021, no valor de R\$ 1.352.349.776,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil e setecentos e setenta e seis reais), distribuídos entre as Unidades Gestoras da seguinte forma: UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.184.518.779,00 (um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e dezoito mil e setecentos e setenta e nove reais) e UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, R\$ 167.830.997,00 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e noventa e sete reais).

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do inciso III, do Art. 12, da LDO.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2021

Dotação Inicial por Fonte de Recursos	TOTAL
<b>UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado</b>	<b>1.184.518.779,00</b>
101 Recursos Ordinários	1.175.140.229,00
112 Receita Patrimonial	3.378.550,00
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará	6.000.000,00
<b>UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário</b>	<b>167.830.997,00</b>
101 Recursos Ordinários	7.849.067,00
106 Recurso Prov de Transferências - Convênios e Out	60.000,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	3.774.316,00
118 Receita Própria do Fundo de Reaparelhamento	155.622.614,00
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	525.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.352.349.776,00</b>

Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2021 – página 798

### 1.2.2 Da Execução

No decorrer do exercício, houve um incremento de R\$ 117.787.380,71 (cento e dezessete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e setenta e um centavos) na dotação inicial da UG 040101 e conseqüentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 1.302.306.159,71 (um bilhão, trezentos e dois milhões, trezentos e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Do mesmo modo, na UG 040102, também houve incremento de R\$ 10.542.362,34 (dez milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos) na sua dotação inicial, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 178.373.359,34 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Desde a estimativa da receita, através da Lei Estadual nº 9.160/2021 - LOA, havia previsão de receitas para o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará por meio da fonte de recursos 128.

O Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foi criado pela Lei nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, e alterado pelas Leis nº 6.919, de 19 de outubro de 2006, nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, e nº 8.923, de 14 de novembro de 2019, e tem como finalidade prover a gratuidade dos atos praticados pelos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais na forma da lei, e captar recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Pará.

Até julho de 2021, os valores orçamentários e financeiros referentes ao FRC eram registrados contabilmente na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado.

Por meio do processo eletrônico SIGADOC nº PA-PRO-2021/02301, esta SECOI identificou a criação, junto ao Poder Executivo do Estado, de Unidade Gestora do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará no sistema contábil SIAFEM-Pará, no intuito de alocar os recursos orçamentários e financeiros em uma Unidade Gestora (UG) específica, com o objetivo de conferir maior controle de gestão e transparência relacionadas à execução dos recursos do Fundo de Registro Civil e prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

De forma a atender a Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação e as Resoluções CNJ nº. 215/2015 e 265/2018, o PJPA publica em seus sítios eletrônicos os valores arrecadados mensalmente pelo Tribunal de Justiça do Estado, pelo Fundo de Reparelhamento do Judiciário e, a partir de agosto/2021, pelo Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC.

As Dotações Atualizadas estão discriminadas no quadro abaixo:

**Quadro II - Dotação Atualizada 2021**

Dotação Atualizada por Fonte de Recursos	TOTAL
<b>UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado</b>	<b>1.302.306.159,71</b>
101 Recursos Ordinários	1.293.968.922,26



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	3.378.550,00
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	3.356.135,45
301 Recursos Ordinários	98.575,00
328 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	1.503.977,00
<b>UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário</b>	<b>178.373.359,34</b>
101 Recursos Ordinários	10.490.676,19
106 Recurso Prov Transferências - Convênios e Out	60.000,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	3.774.316,00
118 Receita Própria do Fundo de Reaparelhamento	153.697.162,01
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	525.000,00
301 Recursos Ordinários	3.783.820,00
306 Recurso Prov Transferências - Convênios e Out	681.148,93
312 Receita Patrimonial - Outros Poderes	320.516,33
318 Receita Própria do Fundo de Reaparelhamento	5.040.719,88
<b>UG 040103 - Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará</b>	<b>8.468.544,95</b>
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	3.670.427,48
328 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	4.798.117,47
<b>TOTAL</b>	<b>2.327.534.014,05</b>

Fonte: Bussiness Object - BO 2021

Importante ressaltar que, em 2018, no escopo de reduzir a estrutura administrativa do Poder Judiciário, visto o comportamento irregular da arrecadação das receitas, à época, resultantes de impostos naqueles exercícios, o Ofício nº 1244/2018-GP desativou a Unidade Gestora da Justiça Militar, a partir do exercício de 2019, incorporando o orçamento e a programação de gastos desta UG à Unidade Gestora do Tribunal de Justiça do Estado. Cumpre informar que em virtude da desativação da referida UG, não há qualquer movimentação orçamentária específica para a Justiça Militar. Em consequente, retornaremos a análise das Unidades Gestoras em atividade e sob a responsabilidade deste PJPA.

No intuito de observar a distribuição dos recursos dentro de cada Programa, cotejando a dotação inicial e dotação atualizada destacado por UG, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro III - Dotação por Programa UG 040101

Dotação por Programa		
UG 040101		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	9.148.498,00	7.635.706,95
Manutenção da Gestão do P Judiciário	1.175.370.281,00	1.294.670.452,76
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.518.779,00</b>	<b>1.302.306.159,71</b>



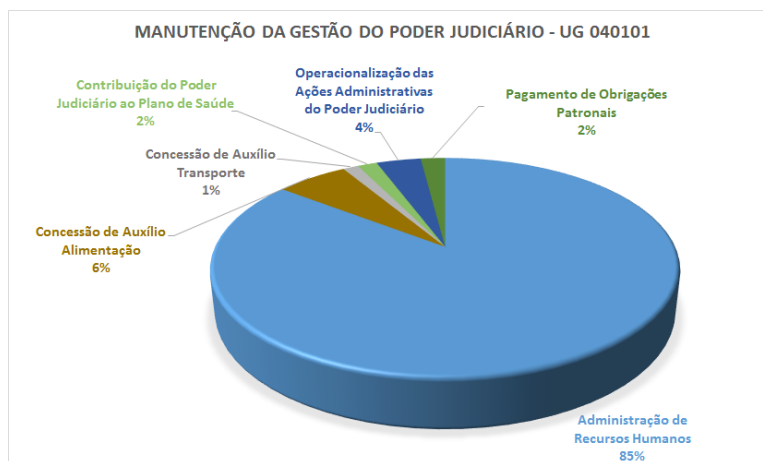


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Fonte: Bussiness Object - BO 2021

Em análise à UG 040101, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos, representando 99,4% da Dotação Atualizada, cujas ações foram direcionadas ao custo com pessoal ativo, representado nas rubricas vencimento, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, contribuição para plano de saúde e pagamento de obrigações patronais, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101**



Em análise à UG 040102, percebe-se que os programas “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” demandaram, respectivamente, 51,1% e 48,9% dos recursos destinados para esta UG, considerando a Dotação Atualizada.

**Quadro IV - Dotação por Programa UG 040102**

Dotação por Programa		
UG 040102		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	85.686.370,00	94.456.343,90
Governança Pública	0,00	2.641.609,19
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	82.144.627,00	81.275.406,25
<b>TOTAL</b>	<b>167.830.997,00</b>	<b>178.373.359,34</b>

Fonte: Bussiness Object - BO 2021



PAMEM202214488

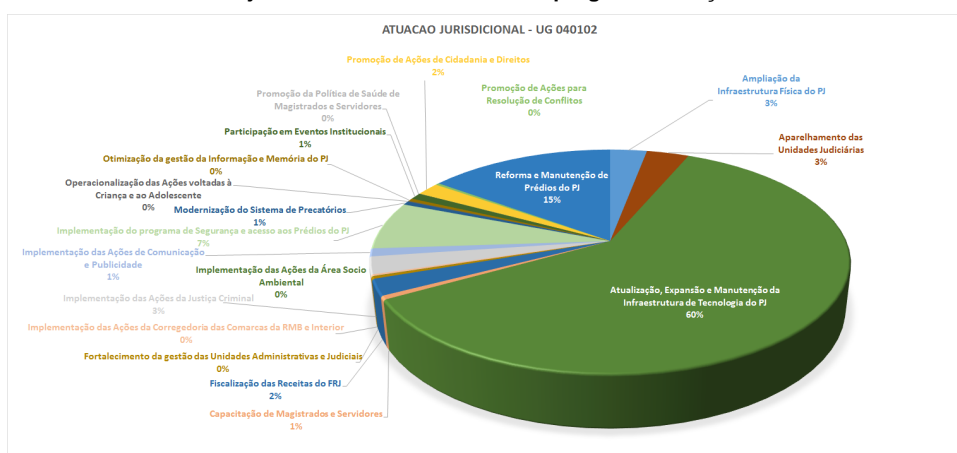




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Ao programa “Atuação Jurisdicional” foram direcionados recursos para operacionalização da efetiva prestação jurisdicional, através das ações: Promoção de Ações de Cidadania e Direitos; Modernização do Sistema de Precatórios; Implementação das Ações da Justiça Criminal; Fiscalização das Receitas do FRJ, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

**Gráfico 2 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional**



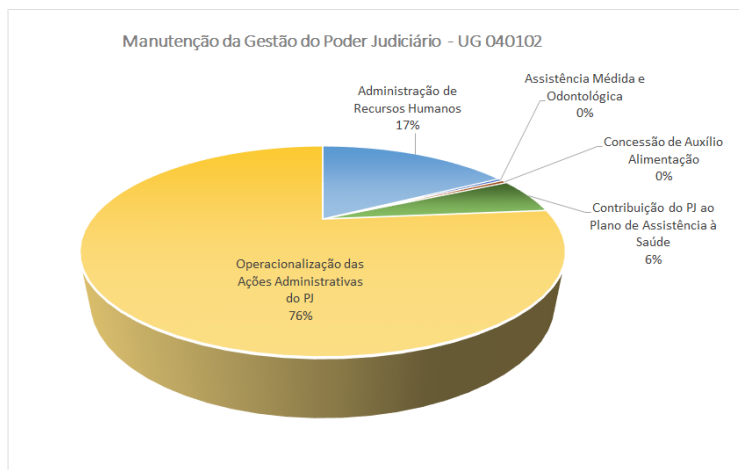
Ao programa “Manutenção da gestão do Poder Judiciário” foram direcionados recursos para operacionalização das ações administrativas, como: custos de pessoal, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão



Quadro V - Dotação por Programa UG 040103

Dotação por Programa		
UG 040103		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	0,00	8.468.544,95
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>8.468.544,95</b>

Fonte: Bussiness Object - BO 2021

Em análise, observou-se que os recursos da UG 040103 foram direcionados exclusivamente ao projeto-atividade “Implementação do Registro Civil pelos Ófícios de Cidadania”, representado com custos em equipamentos, material permanente, indenizações e restituições.

No exercício de 2021, a despesa empenhada na UG 040101 foi de R\$ 1.261.923.576,60 (um bilhão, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta centavos); na UG 040102 foi na ordem de R\$ 123.151.785,20 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos); e na UG 040103, foi de R\$ 5.756.437,73 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), correspondendo, respectivamente, a 84,4%, 78,1% e 68,0% de execução orçamentária da dotação atualizada.



PAMEM202214488







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

## 2. DA ANÁLISE DA GESTÃO

### 2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal

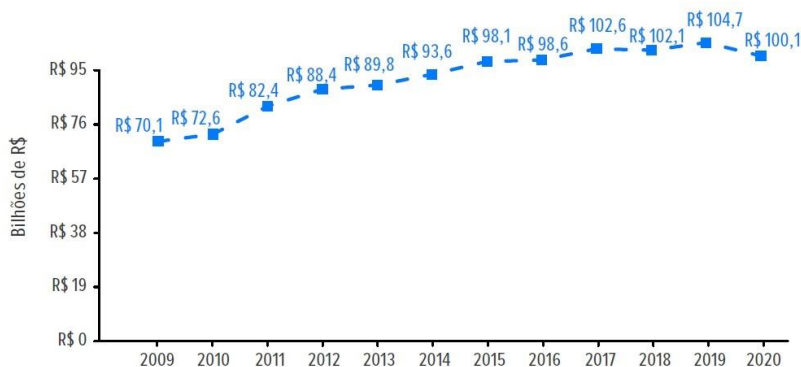
#### 2.1.1. O PJP no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Relatório Justiça em Números de 2021, apresentou dados sobre recursos orçamentários e humanos do Poder Judiciário, com informações sobre despesas, receitas e força de trabalho.

Embora os dados emitidos pelo CNJ sejam do ano-base 2020, uma vez que o ano analisado precisa ser concluído para que se inicie a elaboração do relatório, é salutar que se considere tais dados, a fim de observar os resultados e indicadores sobre a atuação do Poder Judiciário no decorrer dos anos.

Assim sendo, para o orçamento de 2020, as despesas totais do Poder Judiciário nacional foram de R\$ 100,06 bilhões de reais, o que representa uma diminuição de 4,5% em relação aos gastos de 2019. Desconsiderando o efeito da inflação, foi o menor dos últimos quatro anos (gráfico X). No âmbito das despesas de gastos com pessoal o decréscimo foi de 3,3%.

Gráfico 4- Série Histórica das Despesas Totais do Poder Judiciário



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

O referido Relatório aponta que em 2020, o custo pelo serviço de Justiça foi de R\$ 475,51 por habitante, R\$ 25,6 a menos, por pessoa, do que no último ano. A redução do custo médio de despesas por habitante também foi observada nos





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

tribunais estaduais, onde o TJPA se destacou como o que apresenta menor despesa por habitante dentre os tribunais de médio porte.

Nessa linha, o PJPA tem engendrado esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas. O gráfico abaixo ilustra o referido controle, apresentando a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante no PJPA, nos últimos cinco anos.

Gráfico 5 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.



Demonstrando que, dada a atuação efetiva da gestão de pessoal no PJPA, o crescimento da despesa de pessoal por habitante cresceu apenas R\$ 31,55 (trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos) desde 2017.

É importante salientar que em 2021, a despesa bruta com pessoal, que compõem pessoal ativo e inativo e pensionistas, totalizou o montante de R\$ 1.278.603.558,93 (um bilhão, duzentos e setenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), segundo o Relatório de Gestão Fiscal-RGF.

A tabela que se segue compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são o Relatório de Gestão Fiscal do PJPA 3º quadrimestre de 2021 e as estimativas de população 2021 publicadas no site do IBGE.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro VI - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.

ANO	Despesa Bruta com pessoal	População estimada	Despesa por habitante
2017	954.819.356,51	8.366.628	114,12
2018	1.009.965.592,97	8.578.051	117,74
2019	1.127.189.262,91	8.602.865	131,02
2020	1.167.548.656,83	8.690.745	134,34
2021	1.278.603.558,93	8.777.124	145,67

### 2.1.2. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

No exercício de 2021, por meio de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, constata-se que o Poder Judiciário do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal Ativo na ordem de R\$ 1.087.269.569,75 (um bilhão e oitenta e sete milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos). Desse montante, depreende-se que 83,28% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 16,72% perfaz as Obrigações Patronais.

Quadro VII- Despesa de pessoal ativo em 2021

**Despesas de Pessoal Ativo em 2021**

Vencimentos e Vantagens	83,28%	R\$ 905.545.014,20
Patronal	16,72%	R\$ 181.724.555,55

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2021

No comparativo com o exercício anterior, tem-se que a Despesa com Pessoal Ativo do ano de 2021, apresentou um incremento de 11,08% em relação ao ano de 2020.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 6 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2020 e 2021

Salienta-se que mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal Ativo no ano de 2021, o PJP cumriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,79% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%, e com 0,26 ponto percentual menor que o ano anterior, que foi de 4,05%.

### 2.1.3. Execução Físico-Financeira das Ações do PPA

Em uma análise acerca da Execução Físico-Financeira das Ações presentes no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2021, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJP, destacam-se os pontos a seguir.

Em relação às ações voltadas para a ampliação do quadro funcional, pertencentes ao Programa Atuação Jurisdicional, identifica-se que não houve execução no exercício de 2021 devido a imposição da Lei Complementar N° 173, de 27 de maio de 2020. O relatório informa ainda que "os ingressos que ocorreram durante o exercício, foram em substituição as vacâncias de servidores: exonerados, aposentados e falecidos". Ocorrendo o mesmo para os ingressos de magistrados.

Quanto às ações voltadas para a execução da folha de pagamento dos servidores do TJP, estas totalizam 08 (oito) pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, sendo 06 para pagamento de servidores e 02 de magistrados, conforme quadro abaixo.



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro VIII – Programa e Ação-Projeto Atividade

Programa	Ação - Projeto-Atividade
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio- FRJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 2º grau - TJ

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

De acordo com o quadro 06 apresentado no Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023 - Exercício 2021, na página 36, as ações relacionadas à unidade jurisdicionada “Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ” do quadro acima, apresentavam dados de execuções financeira abaixo dos 100% utilizada, e da meta física alcançada totalmente, de modo que a análise constatou uma relação físico-financeira em conformidade com o previsto.

Para as ações pertinentes à unidade jurisdicionada “Tribunal de Justiça do Pará”, verificou-se que as três ações desta conta, referente às áreas do 1º grau, 2º grau e Apoio, tiveram suas execuções financeira de 99,1%, 94,5% e 96,2% para uma execução física de 103%, 24,7% e 77,2%, respectivamente.

As últimas duas ações do Quadro VIII, voltadas para execução do pagamento dos magistrados do TJPA, também pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, demonstram uma relação físico-financeira em consonância com o previsto, posto que o valor financeiro realizado foi de 95,5% e 89,7% para uma meta física de 112% e 87%, respectivamente.

#### 2.1.4. Ações de Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

O PJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio, do Planejamento Estratégico, denominado Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Este macrodesafio refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2021 que contribuíram para a melhoria da Gestão de Pessoas destacam-se:

- **Capacitação de Magistrados e Servidores**

Conforme Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, exercício de 2021, o Objetivo 2 (Promover a Governança Judiciária) do Programa “Atuação Jurisdicional”, promoveu **1.423** (um mil quatrocentos e vinte e três) capacitações, por meio das ações “Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º grau – FRJ”; “Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º grau – FRJ” e “Capacitação de Magistrados e Servidores - Apoio indireto a atividade judicante – FRJ”.

A formação de magistrados e servidores durante o ano de 2021 contemplou a realização de cursos de formação inicial para magistrados e servidores, cursos para formação continuada de servidores, cursos regulares para magistrados, curso de Pós-Graduação e treinamentos, nas modalidades remoto e autoinstrucionais.

Além disso, foram realizados diversos webinários sobre importantes temáticas, tendo os concluintes sido contabilizados nos números acima.

- **Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores**

No Programa “Atuação Jurisdicional”, por meio da ação “Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ”, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou 85 (oitenta e cinco) eventos de atenção à saúde, com ênfase em recursos virtuais, como vídeos, entrevistas, cartazes, para 67 previstos, superando a meta inicial em 27%.

- **Assistência Médica e Odontológica**

Por meio da Ação “Assistência Médica e Odontológica - FRJ”, do Programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”, foram realizados 1.599 (mil quinhentos e noventa e nove) atendimentos, sendo: 1.226 são de consultas médicas e 373 de consultas odontológicas que incluem 1.321 procedimentos.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Foram realizadas também 169 avaliações odontológicas pré-admissionais e o mesmo número de avaliações pré-admissionais médicas e psicológicas.

Ressalte-se ainda que nas consultas médicas e odontológicas não estão contempladas as atividades de natureza pericial (remoção, relotação, Revisão de Aposentadoria, Avaliação para Isenção de IRPF etc.), avaliadas pela Junta de Saúde, nem as avaliações pré-admissionais médicas, odontológicas e psicológicas. Também não fazem parte desse quantitativo os atendimentos/acompanhamentos psicossociais, que totalizam 522, e de saúde ocupacional aos magistrados (as) e servidores (as), bem como todo o conjunto de atividades de natureza preventiva e de promoção da saúde realizado pelas equipes que compõe a Coordenadoria de Saúde e que integram a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados (as) e Servidores (as) citada neste documento.

Outro ponto a ser destacado é que, comparado ao ano anterior houve significativa redução do número de atendimentos assistenciais, devido a uma ênfase maior nas ações de Promoção à Saúde, além de que o serviço odontológico somente retornou suas atividades assistenciais de forma presencial em agosto de 2021, devido ao risco de contaminação da Covid-19, o que forçou os Serviços Médico e Odontológico a permanecerem em atendimento exclusivamente remoto durante boa parte do exercício 2021.

#### 2.1.5. Sobre a Escola Judicial do Pará

Conforme dados do Relatório de Gestão 2021 publicado pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará - EJPA, na Escola Judicial Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, foram ofertados no ano de 2021, 61 (sessenta e um) cursos regulares e 23 (vinte e três) cursos autoinstrucionais, alcançando um total de 2.705 (dois mil, setecentos e cinco) participantes.

Além dos cursos ofertados, a EJPA também realizou 47 (quarenta e sete) eventos/extensão que alcançaram 2.133 (dois mil, cento e trinta e três) participantes, incluindo desembargadores, magistrados e servidores.

Como atividade de gestão, a EJPA realizou melhorias internas como a atualização e adequação do Portal da EJPA e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Acadêmica-SISGEAC, visando facilitar o acesso aos alunos. Realizou ainda a

Relatório de Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício de 2021

Página 23/93



Assinado com senha por OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU(usuário), TIAGO SILVA GUIMARAES(usuário), MILENE LAISE SILVA CORREA(usuário), LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO(usuário), BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO(usuário), STELA REIS DE SOUZA(usuário), HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO(usuário) e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL(usuário).  
Use 3170021.20480493-990 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO \*Data e hora: 31/03/2022 10:57



PAMEM202214488





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

adequação dos cursos ofertados na modalidade EAD e remoto, para atender as necessidades de manutenção das atividades educativas, considerando o momento de pandemia.

Em 2021, a EJPA também ofertou o Curso de Formação Inicial dos novos servidores com a chamada de 43 (quarenta e três) novos servidores. Além disso, realizou o curso de Formação Inicial de Magistrado com a participação de 30 (trinta) novos magistrados.

### 2.1.6. Outras Informações Relacionadas a Pessoas

Quanto a outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas, coletou-se dados junto à Secretaria de Gestão de Pessoas deste PJPA, o que possibilitou à SECOI proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.

**Quadro IX - Quadro resumo da evolução de servidores**

Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	1.614
Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	267
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos)	253

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal/SEGEP

Ressalta-se que este PJPA, manteve o teletrabalho, instituído pela Portaria nº 2738/2020-GP, de 01 de dezembro de 2020, no qual 232 (duzentos e trinta e dois) servidores aderiram de forma permanente em 2021.

## 2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações

### 2.2.1. Das Licitações

No decorrer do exercício 2021, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou 87 (oitenta e sete) procedimentos licitatórios visando as aquisições de bens e contratações de serviços necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

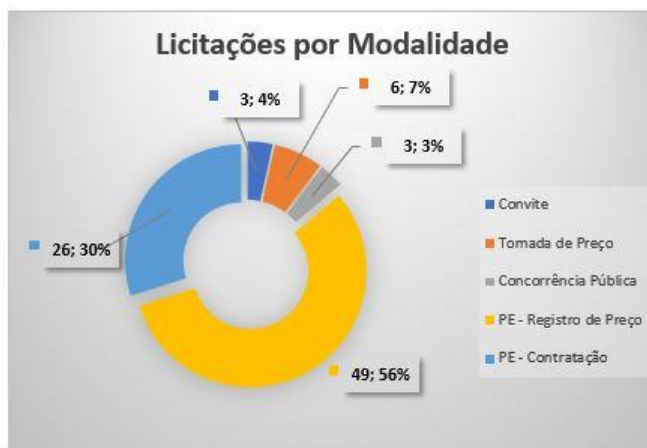






PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 7- Licitações por modalidade



As modalidades de licitações realizadas pelo TJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2021 da seguinte forma:

- *Convite*: 03 (três) certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando **R\$ 251.338,99 (duzentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos)**;

- *Tomada de Preços*: 06 (seis) certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando **R\$ 1.734.158,28 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos)**;

- *Concorrência*: nesta modalidade foram realizados 03 (três) certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valor total homologado de **R\$ 14.946.035,23 (catorze milhões, novecentos e quarenta e seis mil e trinta e cinco reais e vinte e três centavos)**;

- *Pregão Eletrônico*: foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo TJPA no exercício 2021. No total, foram realizadas 75 (setenta e cinco) licitações na modalidade em epígrafe, sendo 49 (quarenta e nove) pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) e 26 (vinte e seis) no modelo ordinário da modalidade, para aquisição de material de consumo e material permanente, contratação de serviços de terceiros, terceirização e contratos de TI. Pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), os valores homologados em licitação totalizaram **R\$ 36.851.498,39 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e nove**





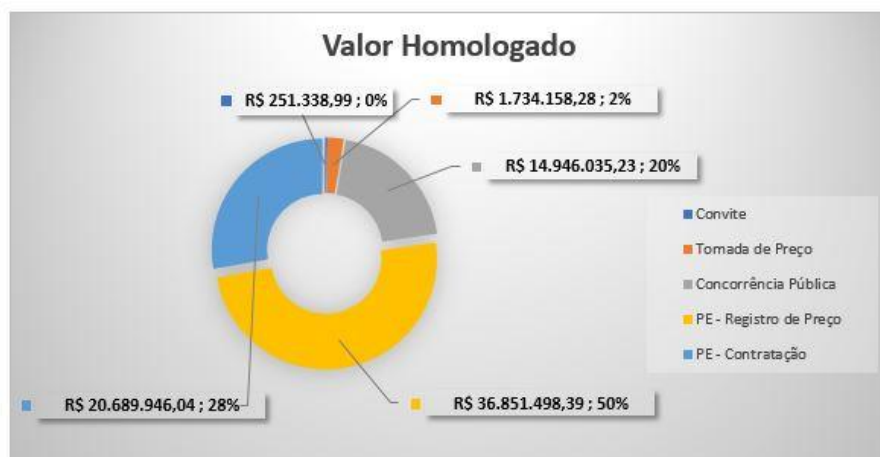
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

centavos). Já pela via comum do Pregão Eletrônico, os valores homologados em licitação totalizam **R\$ 20.689.946,04 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos)**.

No total, considerando todas as modalidades de licitação utilizadas, os valores homologados totalizaram **R\$ 74.472.976,93 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos)**.

Gráfico 8- Valor homologado

Valor Total Homologado  
R\$ 74.472.976,93



O valor estimado de todas as licitações publicadas no exercício totaliza **R\$ 169.371.798,93 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos)**. Cumpre considerar, contudo, o total de 16 (dezesesseis) certames desertos, fracassados, revogados, suspenso ou anulados no exercício, com valores estimados que somam a quantia de **R\$ 14.320.970,33 (catorze milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e setenta reais e trinta e três centavos)**.

Os procedimentos licitatórios dos quais resultaram contratações possibilitaram a este TJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio de 56,03% em relação ao valor previamente estimado para tais contratações, o que representou uma economia de **R\$ 94.898.822,00 (noventa e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte e dois reais)**.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro X - Deságio no valor contratado

**Deságio no Valor Contratado**

**Valor Total Estimado R\$ 169.371.798,93:**

- Valor Estimado 1 R\$ 155.050.828,60<sup>1</sup>

- Valor Estimado 2 R\$ 14.320.970,33<sup>2</sup>

**Valor Total Homologado R\$ 74.472.976,93**

**Percentual de Deságio 56,03%**

<sup>1</sup>Licitações das quais resultaram contratações.

<sup>2</sup>Licitações desertas, fracassadas, revogadas, etc.

Em relação à natureza das contratações, o maior volume foi concentrado na categoria *Serviço de Terceiro*, tendo sido realizados 21 (vinte e um) procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza.

Gráfico 9 - Natureza da contratação



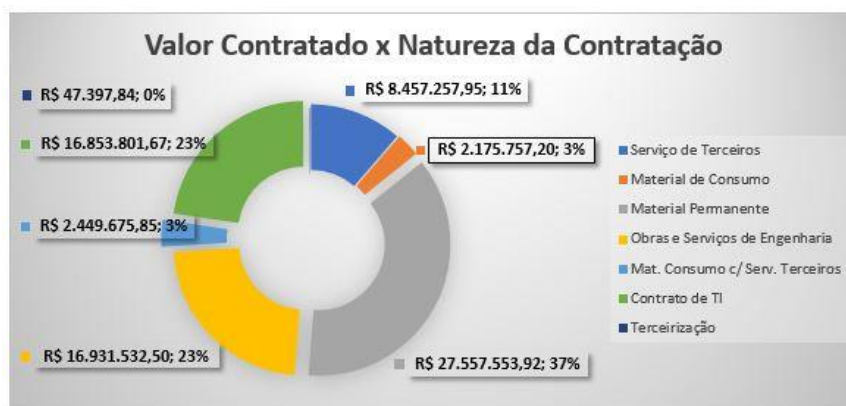
As contratações de natureza *Material Permanente* foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 37% do total do valor contratado pelo PJPA em 2021. Nesta categoria, o PJPA adquiriu mobiliário, equipamentos para a modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, dentre outros totalizando **R\$ 27.577.553,92 (vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos).**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 10 - Valor contratado X Natureza da contratação



### 2.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou frustrante à realização adequada das funções administrativas. A legislação previu situações em que a Administração tem a faculdade de proceder contratações diretas, estabelecendo hipóteses em que a licitação é dispensável ou inexigível.

Assim, no exercício 2021, o TJPA realizou 68 (sessenta e oito) contratações/aquisições através de procedimentos de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

- **Dispensa (Art. 24, Lei nº 8.666/93)**

Foram realizadas 31 (trinta e uma) contratações por meio de **Dispensa de Licitação**, fundamentadas nos incisos do artigo 24 da seguinte forma: 04 (quatro) no inciso IV; 02 (duas) no inciso V; 01 (uma) no inciso X; 01 (uma) no inciso XIII; 01 (uma) no inciso XVIII; 03 (três) no inciso XXII; e 12 (doze) no inciso XXIII.

Além dessas, 07 (sete) contratações não foram devidamente enquadradas em um dos incisos do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Questionada sobre tais contratações, a Secretaria de Administração do TJPA, unidade responsável pelo preenchimento da referida Relação, informou o seguinte:

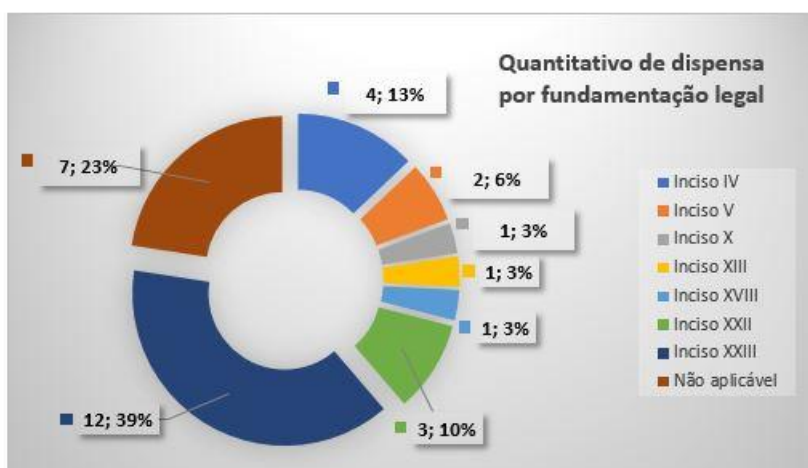




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

“Na coluna C e D, relacionadas à ‘Fundamentação Legal’, onde consta registrado ao termo ‘não aplicável’ e ainda no que tange a objetos semelhantes com fundamentação legal divergente, informamos que no período de outubro até o final do exercício de 2021, devido necessidade de readequação de fontes de recurso, a SEPLAN indicou que a Unidade Gestora 040101, seria excepcionalmente utilizada, ao invés da UG 040102, para efeito de geração de notas de empenhos das despesas correntes. Este fato ocasionou mudanças no processo automatizado de geração dos empenhos, no sistema integrado de administração em uso (GRP/Thema), levando a ocorrência de falhas humanas pontuais no lançamento da fundamentação legal, devido ao grande fluxo de processos no período mencionado, quanto a indicação da fundamentação legal, que em alguns casos divergiram da que foi autorizada na instrução processual de contratação, conforme explica o despacho PA-DES-2022/30362, vinculado ao expediente PA-MEM-2022/07965.”

Gráfico 11 - Quantitativo de dispensa por fundamentação legal



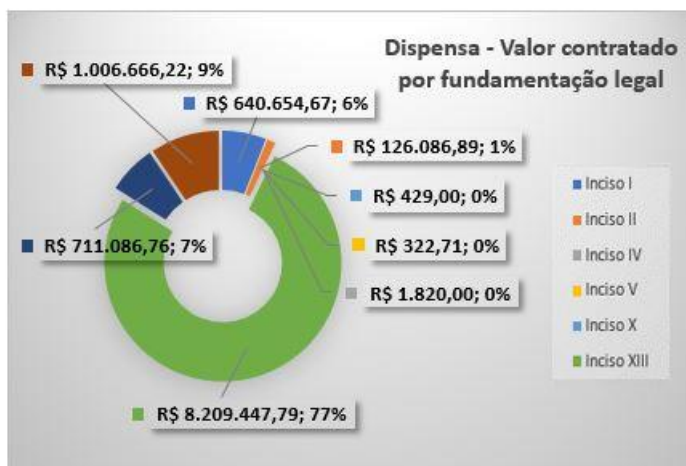
O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de dispensa de licitação foi de **R\$ 10.696.514,04 (dez milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e catorze reais e quatro centavos)**, tendo sido efetuadas contratações/aquisições de natureza *Material de Consumo, Material Permanente, Serviço de Terceiro, Obras e Serviços de Engenharia e Outros*.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 12 - Dispensa - Valor contratado por fundamentação legal



O maior volume de contratações diretas por Dispensa de Licitação foi para *Serviços de Terceiros*, cuja despesa totalizou **R\$ 8.742.969,91 (oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos)**, o que corresponde a 81,73% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Além disso, verificou-se que o montante de **R\$ 9.197.987,16 (nove milhões, cento e noventa e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos)** se refere ao pagamento de faturas de energia elétrica. Considerando as informações prestadas pela Secretaria de Administração na planilha M. 10, e após análise dos processos e expedientes indicados, verificou-se que não foram instruídos com alguns documentos exigidos pela Lei nº 8.666/93, tais como: termo de dispensa; autorização superior; análise e parecer jurídico, instrumento de contrato e suas correspondentes publicações.

Importante ressaltar, contudo, que no Estado do Pará há apenas uma empresa concessionária prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica, não se verificando, neste caso, prejuízo ao princípio da competitividade, tendo sido adequado o enquadramento legal indicado nas ordens de serviço emitidas para pagamento, qual seja, art. 24, XXII da Lei nº 8.666/93.

Além disso, que os pagamentos foram feitos a partir da medição do consumo, devidamente atestada pelo setor competente, não havendo, portanto, evidências de dano ao erário.

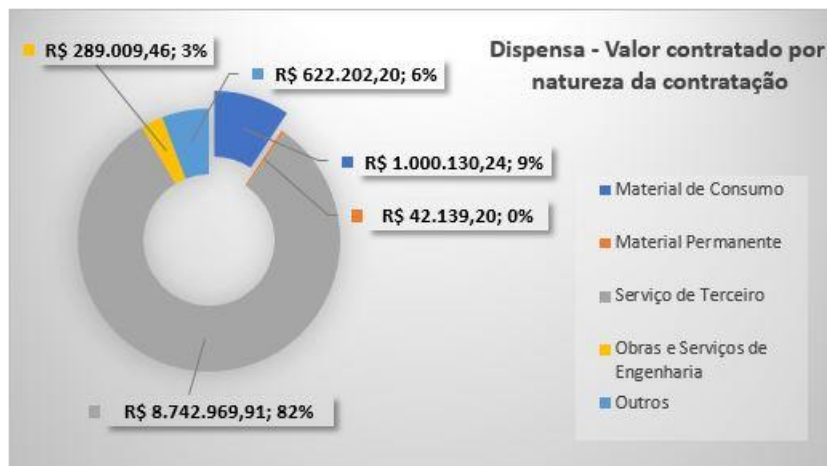




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Situação similar foi verificada em processos e expedientes referentes a pagamentos de faturas de consumo de água.

Gráfico 13 - Dispensa- Valor contratado por natureza da contratação



- **Inexigibilidade (Art. 25, Lei nº 8.666/93)**

Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo PJPA em 2021 mediante **Inexigibilidade de Licitação**, foram realizados 37 (trinta e sete) procedimentos, fundamentados no artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Destes, 22 (vinte e dois) procedimentos foram fundamentados no artigo 25, II, cujo objeto principal foi a contratação de cursos e docentes (professores, tutores e conteudistas), o que equivale a 59,45% do total de Inexigibilidades formalizadas pelo TJPA no exercício.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 14 - Quantitativo de inexigibilidade por fundamentação legal



No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por Inexigibilidade de Licitação totalizou **R\$ 2.574.806,30 (dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e seis reais e trinta centavos)**.

As contratações fundamentadas no inciso II do artigo 25 foram as que consumiram a maior fatia dos recursos utilizados, tendo sido gasto **R\$ 2.458.848,66 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, o que equivale a 95,49% do valor total.

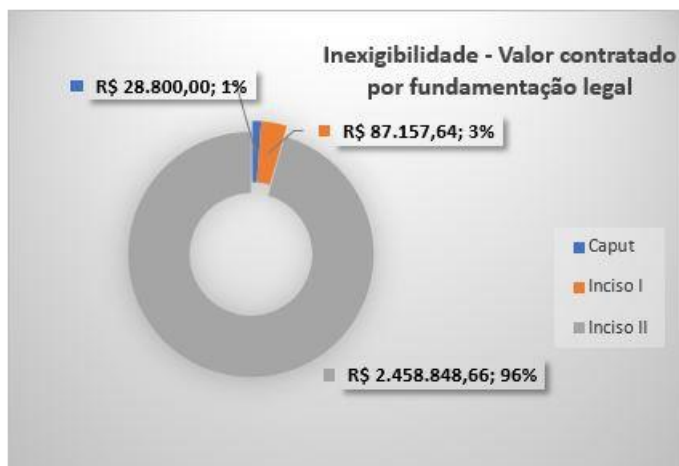
Gráfico 15 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal





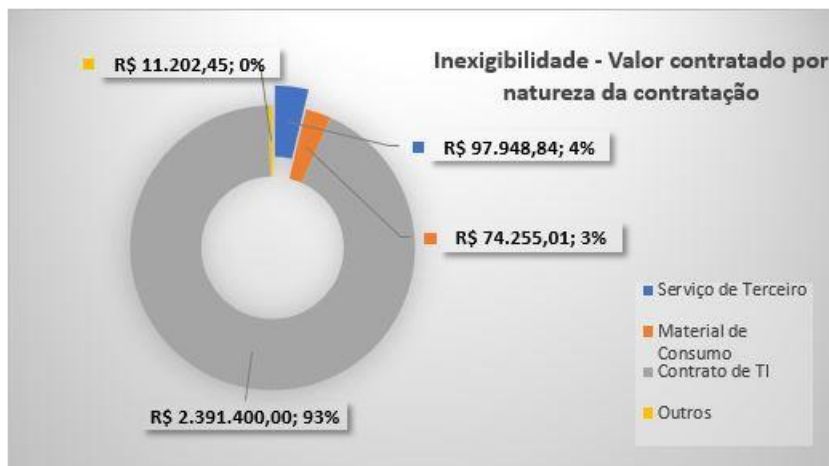


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



As contratações de maior impacto orçamentário foram as de natureza *Contrato de TI*, relativas à prestação de serviços técnicos de pesquisa e aconselhamento em Tecnologia da Informação, com acesso a bases de conhecimento.

Gráfico 16 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação



### 2.2.3. Dos Contratos Formalizados em 2021

No exercício 2021, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará celebrou 86 (oitenta e seis) novos contratos, originados de procedimentos licitatórios, por adesão a atas de registro de preços ou através de contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme demonstrativo abaixo:



PAMEM202214488

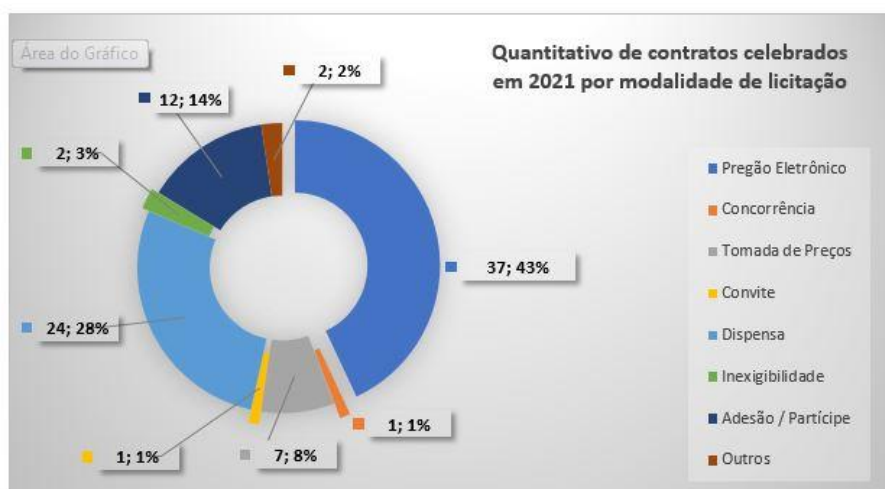




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- 37 (trinta e sete) contratos decorrentes de pregões eletrônicos;
- 24 (vinte e quatro) contratos formalizados através de dispensa de licitação;
- 12 (doze) contratos originados de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos;
- 07 (sete) contratos decorrentes de tomadas de preço;
- 02 (dois) contratos formalizados através de inexigibilidade de licitação;
- 02 (dois) contratos referentes a cessões provisórias de posse e/ou uso de imóvel;
- 01 (um) contrato decorrente de concorrência; e
- 01 (um) contrato decorrente de convite.

Gráfico 17 - Quantitativo de contratos vigentes por modalidade de licitação.



Os contratos pactuados em 2021 apresentaram valores iniciais totais de **R\$ 81.318.096,13 (oitenta e um milhões, trezentos e dezoito mil, noventa e seis reais e treze centavos)**. Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos celebrados em 2021 tiveram valores atualizados, totalizando **R\$ 81.647.021,98 (oitenta e um milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, vinte e um reais e noventa e oito centavos)**.

Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de Pregões Eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo TJPA em 2021, totalizando **R\$ 55.030.434,93**

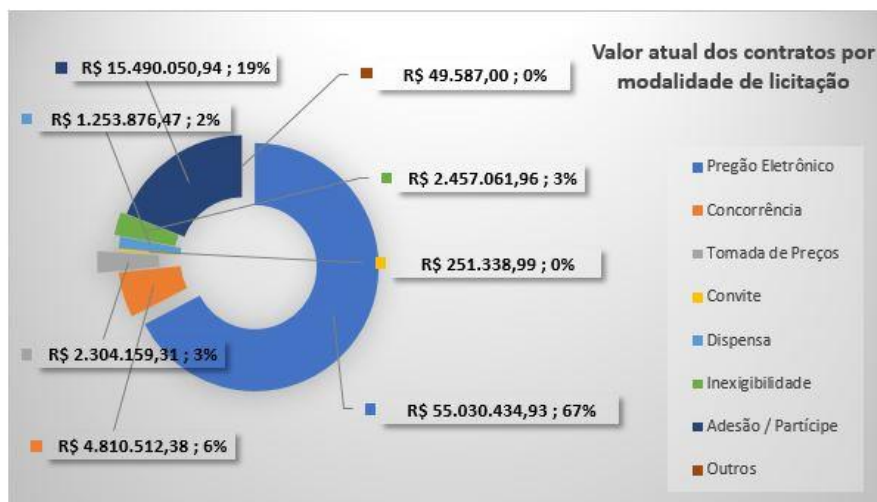




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(cinquenta e cinco milhões, trinta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), o que equivale a 67,40% de toda a despesa realizada pelo TJPA com os contratos administrativos firmados no exercício.

Gráfico 18 - Valor atual por modalidade de licitação.



Já no que se refere à natureza das contratações em relação aos valores contratados, a maior despesa realizada diz respeito às aquisições de *Material Permanente*, pelas quais foram gastos **R\$ 30.690.664,36 (trinta milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos)**, o que representa 37,59% das despesas efetuadas.

Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 28,52% do total, estão os *Contratos de TI*, cujo valor total foi de **R\$ 23.281.332,80 (vinte e três milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)**.

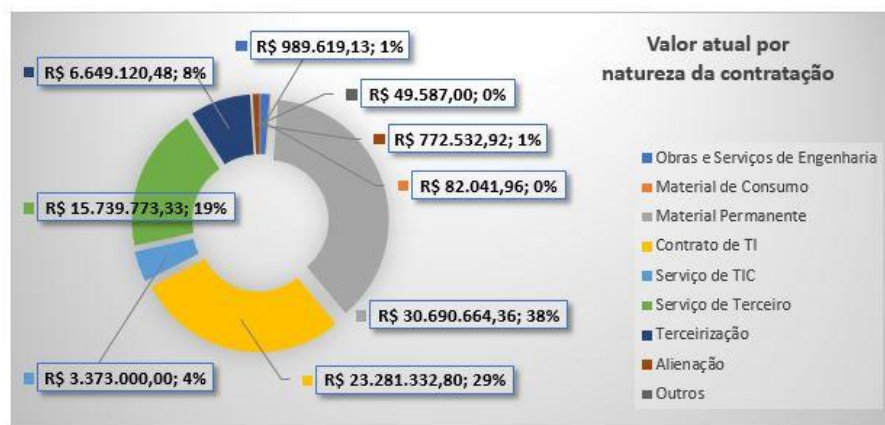
Os contratos relativos a *Serviços de Terceiro* também consumiram considerável parcela dos recursos orçamentários, totalizando **R\$ 15.739.773,33 (quinze milhões, setecentos e trinta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e três centavos)**, o equivalente a 19,28% do total de despesas realizadas com contratações formalizadas no exercício de 2021.

Gráfico 19 – Valor atual por natureza da contratação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



### 2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

#### 2.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o TJPA conta com um acervo de 226 (duzentos e vinte e seis) imóveis utilizados para prestação jurisdicional, distribuídos em 120 (cento e vinte) comarcas, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão.

Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEA, a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de restauro, conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

No que se refere ao Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2021, o volume de recursos alocados em obras e serviços de engenharia no programa Atuação Jurisdicional, com o objetivo de Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica foi na ordem de R\$ 16.891.792,00 (dezesseis milhões, oitocentos e noventa e um mil, e setecentos e noventa e dois reais) e o realizado foi no valor de R\$ 6.676.475,00 (seis milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais). Em um paralelo com o exercício anterior, que teve um dispêndio R\$ 19.262.244,00 (dezenove milhões, duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais), constata-se que houve um menor desembolso de recursos, na ordem de R\$ 12.585.769,00, (doze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos e setenta reais), o que representa, em termos percentuais, um decréscimo de 65,34%.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

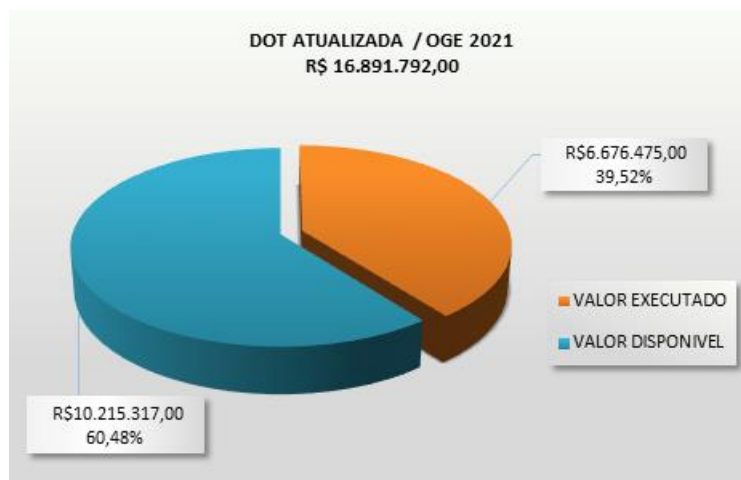
Segue abaixo planilha e gráfico com a representação da execução financeira, com a dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.

Quadro XI - Execução físico-Financeira

Ação	Execução da Despesa					Meta Física		
	Dotação R\$	Execução R\$	Exec. %	Dispo. R\$	Dispo. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Ampliação da Infraestrutura Física	2.792.000	484.231	17,34	2.307.769	82,66	13	3	23,08
Reforma e Manutenção de Prédios	14.099.792	6.192.244	43,92	7.907.548	56,08	149	103	69,13
<b>TOTAL</b>	<b>16.891.792</b>	<b>6.676.475</b>	<b>39,52</b>	<b>10.215.317</b>	<b>60,48</b>	<b>162</b>	<b>106</b>	<b>65,43</b>

Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

Gráfico 20 – Executado x Disponível



Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

Em face do cenário exposto, depreende-se que a meta programada não obteve o êxito esperado, visto que o percentual de execução foi de apenas 39,52%.

No gráfico seguinte, alusivo às Obras e Serviços de Engenharia, percebe-se que os serviços de Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foram os que demandaram maior desembolso no período.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 21 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

### 2.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia dentro do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2021, a SEENG consolidou suas atividades em ações concretizadas na execução de 12 (doze) obras de construção e reforma com ampliação, 09 (nove) contratações de prestação de serviços de fornecimento e instalação de material, além da manutenção preventiva e corretiva em prédios funcionais da RMB e de comarcas, formalizada por meio de 37 (trinta e sete) contratações.

Das referidas contratações, 03 (três) ocorreram por dispensa de licitação e 55 licitadas nas seguintes modalidades: 02 (duas) concorrências, 01 (um) convite, 16 (dezesseis) tomadas de preço e 36 (trinta e seis) por meio de pregão eletrônico.

A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2000-2023, exercício 2021, segue a distribuição de recursos investidos em cada projeto-atividade ao longo do Programa Atuação Jurisdicional.

#### 2.3.2.1. Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário

Em análise às ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau foram os que demandaram um maior

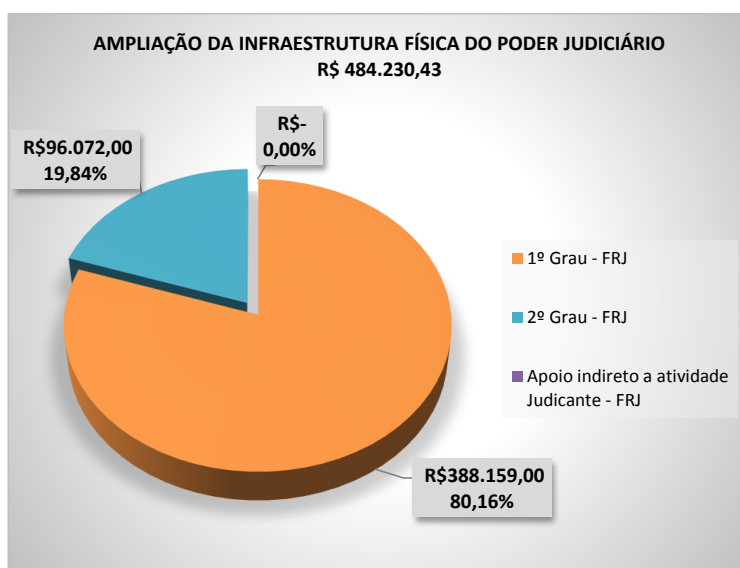




PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

desembolso, representando 80,16% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 22 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada Ação (projeto-atividade):

Quadro XII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física

Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	Execução da Despesa					Meta Física		
	Dotação R\$	Exec. R\$	Exec. %	Disp. R\$	Disp. %	Progr un.	Exec un.	Exec. %
1º Grau - FRJ	2.690.000	388.159	14,43	2.301.841	85,57	12	2	17
2º Grau - FRJ	101.000	96.072	95,12	4.928	4,88	0	1	100
Apoio indireto à Atividade Judicante - FRJ	1.000	0	0,00	1.000	100	1	0	0
<b>Total</b>	<b>2.792.000</b>	<b>484.231</b>	<b>17,34</b>	<b>2.307.769</b>	<b>82,66%</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>23,08%</b>

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 2.792.000,00 (dois milhões e setecentos e noventa e dois mil reais), tendo sido executado a importância de R\$ 484.231,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e duzentos e trinta e um reais). Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 17,34% e a média da meta física ficou 23,08%.

Em face do exposto, verifica-se que não houve o alcance da meta planejada, no entanto, houve uma boa gestão dos recursos financeiros em relação ao percentual físico entregue.

**Ações:**

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ**

A ação contemplou, entre outras, a obra de Reforma do Fórum da Comarca de Muaná e a obra de construção do novo Fórum de Altamira - Termo de Cooperação Técnica nº 004/2015 - TJPA - Norte Energia S.A. executado com recursos da Norte Energia. A execução dessa ação envolveu um desembolso de recursos de R\$ 388.159,00 (trezentos e oitenta e oito mil, e cento e cinquenta e nove reais).

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual alcançado de meta física foi de 17,00% contra o percentual de meta financeira que foi de 14,43%, o que representa um equilíbrio na gestão da Ação.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

A Ação contemplou a Construção do Anexo II do Prédio Sede do TJPA.

A execução da ação envolveu um desembolso de R\$ 96.071,60 (noventa e seis mil, setenta e um reais e sessenta centavos), o que representa um alcance de 95,12% na meta financeira e 100% na meta física, alcançando assim convergência entre as metas físico e financeira.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ**

Nesta ação não houve a entrega do produto planejado, portanto sem alcance das metas físico e financeira.



PAMEM202214488





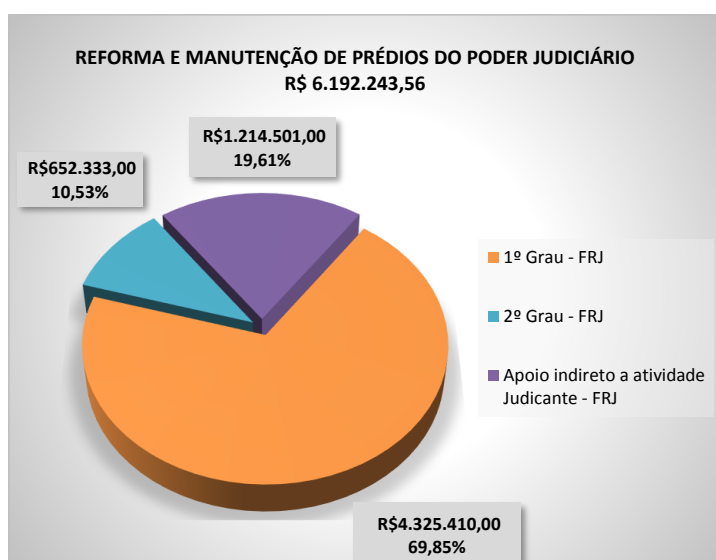


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**2.3.2.2. Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário**

Em análise às ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau foram os que demandaram um maior desembolso, representando 69,85% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**Gráfico 23 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.**



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:

**Quadro XIII - Execução físico-financeiro da Reforma e Manutenção dos Prédios**

Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário	Execução da Despesa					Meta Física		
	Atividade	Dotação R\$	Exec. R\$	Exec. %	Disp. R\$	Disp %	Progr un.	Exec un.
1º Grau - FRJ	9.181.089	4.325.410	47,11	4.855.679	52,89	139	91	65,50
2º Grau - FRJ	2.486.993	656.333	16,23	1.834.660	73,77	1	1	100
Apoio indireto à Atividade Judicante - FRJ	2.431.710	1.214.501	49,94	1.217.209	50,06	9	11	122,20





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Total	14.099.792	6.192.244	43,92	7.907.548	56,08%	149	103	69,13%
-------	------------	-----------	-------	-----------	--------	-----	-----	--------

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021

Para o projeto-atividade Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 14.099.792,00 (quatorze milhões, noventa e nove mil e setecentos e noventa e dois reais), tendo sido executado a importância de R\$ 6.192.244,00 (seis milhões, cento e noventa e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais). Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 43,92% e a média da meta física ficou 69,13%.

Diante do exposto, denota-se entrega de parte do produto planejado com economia em relação aos custos orçados. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se boa gestão dos recursos financeiros.

**Ações:**

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ.**

A ação contemplou reformas e manutenções em 91 (noventa e uma) unidades. O percentual de execução da meta financeira foi de 47,11% e a meta física ficou em 65,47%, sinalizando que não houve alcance do quantitativo físico programado.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ.**

Esta ação envolveu os serviços de manutenção e pintura no Prédio Sede e Anexo I. Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 26,23%, alcançado na meta financeira, foi suficiente para o atingimento de 100% de meta física. Com o cenário apresentado percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 73,77% em relação a execução das despesas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma boa gestão dos recursos financeiros.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ.**

Nesta ação foram realizadas manutenções em 11 unidades.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 49,9%, alcançado na meta financeira, foi suficiente para o atingimento de 122,22% de meta física. Do



PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

panorama exposto percebe-se que houve entrega superior ao planejado, e com economia de 50,1% em relação a execução das despesas.

Ressalta-se que o planejado foi de 9 (nove) unidades, no entanto, a SEENGE atingiu a soma de 11 (onze) unidades atendidas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.

#### 2.4. Avaliação da Gestão de TIC

Os investimentos em Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) do Tribunal de Justiça do Estado Pará visam cumprir o objetivo institucional “Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica”.

As STIC constam no projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário” do programa “Atuação Jurisdicional”, atendendo as unidades institucionais em diferentes graus de jurisdição, sendo executados da unidade orçamentária do FRJ (UG 04102).

O programa “Atuação Jurisdicional” é parte integrante do macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”, previsto no Planejamento Estratégico e está relacionado com as seguintes iniciativas estratégicas do TJPA:

- Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC
- Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC

Para o exercício de 2021, o TJPA orçou um dispêndio inicial de R\$ 40.658.801,00 (quarenta milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e um reais) em Tecnologia da Informação e Comunicação (valor constante da Lei Orçamentária Anual – LOA 2021).

Durante a execução orçamentária, a dotação inicial recebeu acréscimo, resultando em uma dotação atualizada no valor de R\$ 57.093.128,00 (cinquenta e sete milhões, noventa e três mil e cento e vinte e oito reais) para atender o projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”. Esse valor é 69,5% maior que a dotação destinada no ano anterior (2020: R\$ 33.665.401,00).

Do total de recursos destinados ao programa “Atuação Jurisdicional” da unidade orçamentária FRJ, o referido projeto representa 60% da dotação atualizada.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

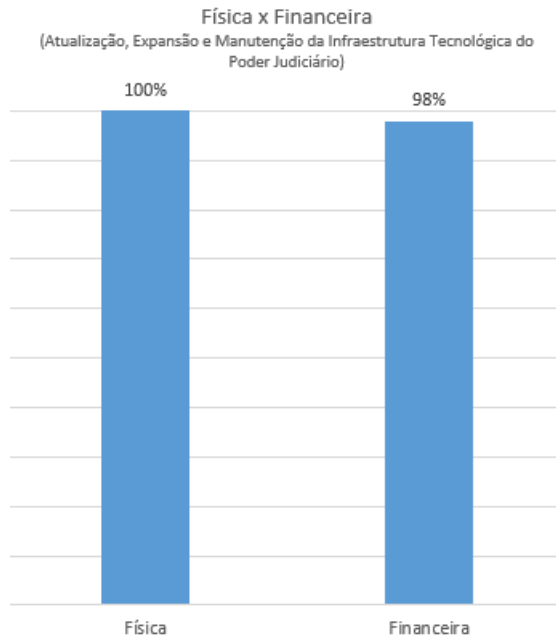
**Quadro XIV - Valores referente ao projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”**

		Dotação	Executado	% Execução	% Meta Física
Programa Atuação Jurisdicional - FRJ		94.456.344	73.788.854	78%	
Projeto- Atividade: Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário	1º Grau	37.284.546	36.924.704	99%	100%
	2º Grau	5.316.243	5.129.576	96%	100%
	Apoio	14.492.339	14.438.870	99%	100%
Total da Dotação e do Executado		<b>57.093.128</b>	<b>56.493.150</b>	98%	
Participação do projeto-atividade no Programa Atuação Jurisdicional - FRJ		<b>60%</b>	<b>76%</b>		

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

Dos recursos destinados ao projeto em análise, a execução de 98% (R\$ 56.493.150,00) destes créditos foi suficiente para o atingimento de 100% da meta física, representando 76% do valor liquidado do referido programa.

**Gráfico 24 – Meta Física x Meta Financeira**



Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023

O orçamento executado, de R\$ 56.493.150,00 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil e cento e cinquenta reais), em análise à natureza

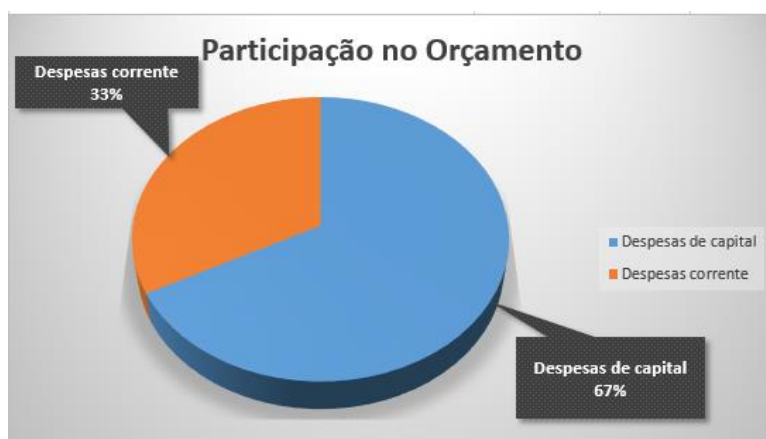




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

da despesa, aplicou 33% deste montante em despesa corrente e 67% em despesa de capital.

Gráfico 25 – Participação do orçamento



Fonte: *Business Objects* - B.O (consulta 10/03/22)

Observou-se que, nos quatros principais grupos de despesas para este projeto-atividade, a maior participação dos recursos (64%) foi para Equipamentos e Material Permanente seguido de Serviços de TIC – Pessoa Jurídica com 31%.

No outro extremo, encontram-se as despesas relacionadas a diárias, passagens, material de consumo e despesas de exercícios anteriores.



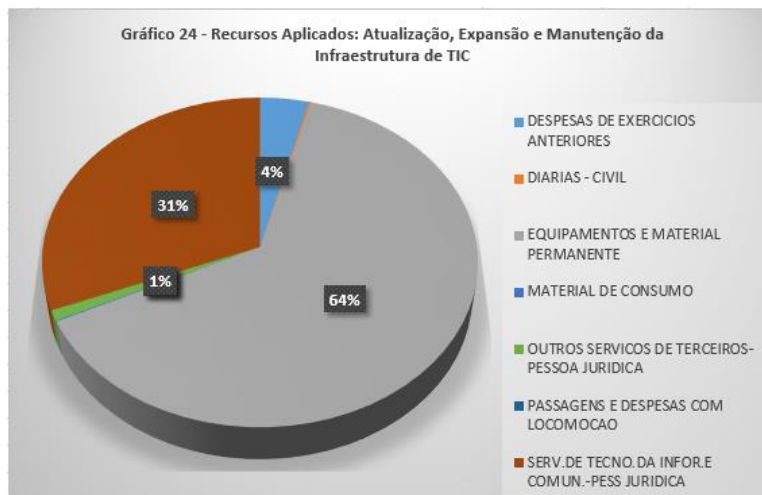
PAMEM202214488





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Gráfico 26 – Recursos Aplicados no projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura.



Fonte: Business Objects - B.O (consulta 10/03/22)

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023 – Exercício 2021, dentre os diversos benefícios gerados pelos investimentos em soluções de TIC, destacam-se:

- Projeto Robô de Migração 4.0;
- Projeto Juízo 100% Digital no PJe;
- Projeto de Implantação de Solução de Balcão Virtual;
- Streaming de Sessões de Julgamento;
- Criação das Centrais de Mandados da RMB no SEEU;
- Projeto de Dashboards com Métricas de Atendimento no PowerBI;
- Processo para o controle de custos de terceirizados no atendimento técnico;
- Projeto de Atualização Tecnológica do Registro de Atendimentos: GLPi;
- Projeto de Instalação de Servidores de Imagem Padrão nos Polos Técnicos;
- Identificação Automática do Parque Computacional de Microinformática;
- Integração do PJe com o E-Carta;
- Contratação de capacitação em soluções abertas de Tecnologia;
- Aquisição de Solução de Rede Wi-Fi Corporativa - Fase 1.1;
- Atualização de Parque de Microinformática: Servidores - Fase 2.1.1;
- Atualização de Parque de Microinformática: Desenvolvedores - Fase 3.1;
- Atualização de Parque de Microinformática: Desenvolvedores - Fase 3.2;
- Atualização do Parque de Microinformática: Monitor / No-Break - Fase 4.1;
- Atualização do Parque de Microinformática: Scanner / Multifuncional - Fase 5.1;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- Atualização do Parque de Microinformática: Periféricos - Fase 6.1;
- Aquisição de expansão da capacidade de armazenamento para o PJe;
- Nova Aquisição de dispositivos UTM-SDWan - Fase 2.1;
- Nova Contratação de Circuitos de Dados de fornecedores com maior banda;
- Nova Contratação de serviços de dados e voz para telefonia móvel;
- Aquisição de Solução de Web Application Firewall – WAF;
- Contratação de Solução de Deep Security e Proteção de Endpoints;
- Contratação de Certificação Digital ICP-Brasil;
- Aquisição de Certificado Digital e-CNPJ.

### 3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 3.1. Do Balanço Orçamentário

##### 3.1.1.1. UG 040101 – Tesouro

Conforme tratado anteriormente, no decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação da UG 040101 – Tesouro, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 1.302.306.159,71. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentação de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XV - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	1.175.140.229,00	178.709.243,00	-41.495.000,00	-18.385.549,74	1.293.968.922,26
112	3.378.550,00	0,00	0,00	0,00	3.378.550,00
128	6.000.000,00	1.114.104,00	0,00	-3.757.968,55	3.356.135,45
301	0,00	98.575,00	0,00	0,00	98.575,00
328	0,00	6.302.094,47	0,00	-4.798.117,47	1.503.977,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.518.779,00</b>	<b>186.224.016,47</b>	<b>-41.495.000,00</b>	<b>-26.941.635,76</b>	<b>1.302.306.159,71</b>

Fonte: Business Object 2021

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040101 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos



PAMEM202214488





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.



PAMEM202214488





**Quadro XVI- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações Crédito/Refinanciamento				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
<b>DÉFICIT</b>			1.261.923.576,60	1.261.923.576,60
<b>TOTAL</b>			<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.261.923.576,60</b>
SALDOS EXERC ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Crédito Adicionais				
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO</b>			<b>1.544.018,87</b>	

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040101, o montante de R\$ 1.544.018,87 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, dezoito reais e oitenta e sete centavos). Este total resulta dos valores empenhados das fontes de superávit de exercícios anteriores abertos durante o exercício, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro XVII - Dotação Orçamentária x Empenhado**

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
<b>301</b>	0,00	98.575,00	0,00	0,00	98.575,00	40.041,87
<b>328</b>	0,00	6.302.094,47	0,00	-4.798.117,47	1.503.977,00	1.503.977,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>6.400.669,47</b>	<b>0</b>	<b>-4.798.117,47</b>	<b>1.602.552,00</b>	<b>1.544.018,87</b>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

De acordo com o princípio orçamentário do equilíbrio, o montante da despesa autorizada em cada exercício não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período. Na esteira deste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada, ambas no montante de R\$ 1.184.518.779,00, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA).

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina.

Utilizando o Quociente de Execução da Receita (QER) cotejam-se os valores da Receita Estimada no montante de R\$ 1.184.518.779,00 e da Receita Arrecadada no montante de R\$ 1.412.881.593,76, conforme Balanço Financeiro. Desta análise, verifica-se que a receita efetivamente recebida e/ou arrecadada por este PJP superou a estimativa de receita prevista pela LOA, por este motivo, em 2021, na UG 040101, comparando estas grandezas foi verificado excesso de arrecadação no montante de R\$ 228.362.814,76,76.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

Quadro XVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.183.966.064,00</b>	<b>1.302.306.159,71</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.186.179.481,27</b>	<b>40.382.583,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.048.020.519,00	1.112.427.643,77	1.087.269.569,75	1.087.269.569,75	1.027.610.373,37	25.158.074,02
Outras Despesas Correntes	135.945.545,00	189.878.515,94	174.654.006,85	174.654.006,85	158.569.107,91	15.224.509,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>552.715,00</b>					
Investimentos	552.715,00					
<b>SUBTOTAL DESPESAS</b>	<b>1.184.518.779,00</b>	<b>1.302.306.159,71</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.186.179.481,28</b>	<b>40.382.583,11</b>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENT SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUPERÁVIT	1.184.518.779,00	1.302.306.159,71	1.261.923.576,60	1.261.923.576,60	1.186.179.481,28	40.382.583,11
<b>TOTAL</b>	<b>1.184.518.779,00</b>	<b>1.302.306.159,71</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.261.923.576,60</b>	<b>1.186.179.481,28</b>	<b>40.382.583,11</b>

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores da Receita Realizada no montante de R\$ 1.261.923.576,60 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 1.261.923.576,60. Desta análise, verificam-se que os valores da Receita Realizada e da Despesas Liquidadas são idênticos, por este motivo, em 2021, na UG 040101, comparando estas grandezas foi verificado equilíbrio orçamentário na execução.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores de Dotação Atualizada no montante de R\$ 1.302.306.159,71 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 1.261.923.576,60. Desta análise, verificam-se que os valores apurados de Dotação Atualizada por este PJP superam os valores da Despesa Liquidada, por este motivo, em 2021, na UG 040101, comparando estas grandezas foi possível verificar uma economia na realização das despesas no montante de R\$ 40.382.583,11.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101

Execução de RPN Processados	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,03</b>	<b>3.052.277,64</b>	<b>2.613.515,99</b>	<b>233.667,87</b>	<b>205.093,81</b>
Pessoal e Encargos Social	0,02	2.436.875,09	2.231.781,31	0,00	205.093,80
Outras Despesas Correntes	0,01	615.402,55	381.734,68	233.667,87	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>0,03</b>	<b>3.052.277,64</b>	<b>2.613.515,99</b>	<b>233.667,87</b>	<b>205.093,81</b>

Fonte: SIAFEM 2021



PAMEM202214488



### 3.1.1.2. UG 040102 – FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 167.830.997,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 178.373.359,34. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

**Quadro XX - Dotação Atualizada UG 040102**

<b>Cód. Fonte Recurso</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Suplementado</b>	<b>Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado</b>	<b>Movimento Crédito</b>	<b>Dotação Atualizada</b>
101	7.849.067,00	2.538.108,00	-2.538.108,00	2.641.609,19	10.490.676,19
106	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
112	3.774.316,00	2.668.844,00	-2.668.844,00	0,00	3.774.316,00
118	155.622.614,00	32.877.394,61	-32.877.394,61	-1.925.451,99	153.697.162,01
123	525.000,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
301	0,00	3.783.820,00	0,00	0,00	3.783.820,00
306	0,00	726.712,86	-45.563,93	0,00	681.148,93
312	0,00	320.516,33	0,00	0,00	320.516,33
318	0,00	5.183.891,05	-143.171,17	0,00	5.040.719,88
<b>TOTAL</b>	<b>167.830.997,00</b>	<b>48.099.286,85</b>	<b>-38.273.081,71</b>	<b>716.157,20</b>	<b>178.373.359,34</b>

Fonte: Business Object 2021



Assinado com senha por OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU(usuário), TIAGO SILVA GUIMARAES(usuário), MILENE LAISE SILVA CORREA(usuário), LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO(usuário), BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO(usuário), STELA REIS DE SOUZA(usuário), HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO(usuário) e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL(usuário).  
Use 3170021.20480493-990 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO \*Data e hora: 31/03/2022 10:57



PAMEM202214488



Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040102 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas prevista em confronto com as realizadas.

**Quadro XXI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações Crédito/Refinanciamento				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
<b>DÉFICIT</b>			123.151.785,20	-123.151.785,20
<b>TOTAL</b>			<b>123.151.785,20</b>	<b>-123.151.785,20</b>
SALDOS EXERC ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Crédito Adicionais				
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO</b>			<b>7.134.037,76</b>	

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040102, o montante de R\$ 7.134.037,76 (sete milhões, cento e trinta e quatro mil, trinta e sete reais e setenta e seis centavos). Este total resulta dos valores empenhados das fontes de superávit de exercícios anteriores abertos durante o exercício, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro XXII - Dotação Orçamentária x Empenhado**

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Canc. Dot. Inicial/Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
<b>312</b>	0	320.516,33	0	0	320.516,33	320.516,22
<b>318</b>	0	5.183.891,05	-143.171,17	0	5.040.719,88	3.926.912,90
<b>306</b>	0	726.712,86	-45.563,93	0	681.148,93	680.721,28





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

<b>301</b>	0	3.783.820,00	0	0	3.783.820,00	2.205.887,36
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>10.014.940,24</b>	<b>-188.735,10</b>	<b>0</b>	<b>9.826.205,14</b>	<b>7.134.037,76</b>

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo, de acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de R\$ 167.830.997,00, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA).

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina.

Utilizando o Quociente de Execução da Receita (QER) cotejam-se os valores da Receita Estimada no montante de R\$ 167.830.997,00 e da Receita Arrecadada no montante de R\$ 181.843.660,62, conforme Balanço Financeiro. Desta análise, verifica-se que a receita efetivamente recebida e/ou arrecadada por este PJPA superou a estimativa de receita prevista pela LOA, por este motivo, em 2021, na UG 040102, comparando estas grandezas foi verificado excesso de arrecadação no montante de R\$ 14.012.663,62.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Quadro XXIII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>153.075.533,00</b>	<b>129.630.426,08</b>	<b>81.710.852,26</b>	<b>81.710.852,26</b>	<b>78.916.435,77</b>	<b>47.919.573,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	153.075.533,00	129.630.426,08	81.710.852,26	81.710.852,26	78.916.435,77	47.919.573,82
Outras Despesas Correntes						
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.755.464,00</b>	<b>48.742.933,26</b>	<b>41.440.932,94</b>	<b>41.440.932,94</b>	<b>6.347.018,52</b>	<b>7.302.000,32</b>
Investimentos	14.745.464,00	48.732.933,26	41.440.932,94	41.440.932,94	6.347.018,52	7.292.000,32
Inversões Financeiras	10.000,00	10.000,00				10.000,00
<b>SUBTOTAL DESPESAS AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO</b>	<b>167.830.997,00</b>	<b>178.373.359,34</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>85.263.454,29</b>	<b>55.221.574,14</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUPERÁVIT</b>	<b>167.830.997,00</b>	<b>178.373.359,34</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>85.263.454,29</b>	<b>55.221.574,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>167.830.997,00</b>	<b>178.373.359,34</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>123.151.785,20</b>	<b>85.263.454,29</b>	<b>55.221.574,14</b>

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores da Receita Realizada no montante de R\$ 123.151.785,20 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 123.151.785,20. Desta análise, verificam-se que os valores da Receita Realizada e da Despesas Liquidadas são idênticos, por este motivo, em 2021, na UG 040102, comparando estas grandezas foi verificado equilíbrio orçamentário na execução.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores de Dotação Atualizada no montante de R\$ 178.373.359,34 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 123.151.785,20. Desta análise, verificam-se que os valores apurados de Dotação Atualizada por este PJP superam os valores da Despesa Liquidada, por este motivo, em 2021, na UG 040101, comparando estas grandezas foi possível verificar uma economia na realização das despesas no montante de R\$ 55.221.574,14.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102

Execução de RPN Processados	INSCRITOS				
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>269.030,58</b>	<b>7.882.147,32</b>	<b>6.818.627,23</b>	<b>396.730,36</b>	<b>935.820,31</b>
Outras Despesas Correntes	269.030,58	7.882.147,32	6.818.627,23	396.730,36	935.820,31
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.819,59</b>	<b>8.989.791,54</b>	<b>8.572.005,75</b>		<b>442.605,38</b>
Investimentos	24.819,59	8.989.791,54	8.572.005,75		442.605,38
<b>TOTAL</b>	<b>293.850,17</b>	<b>16.871.938,86</b>	<b>15.390.632,98</b>	<b>396.730,36</b>	<b>1.378.425,69</b>

Fonte: SIAFEM 2021



### 3.1.1.3. UG 040103 – FRC

Não houve Dotação Inicial para a UG 040103 – FRC. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 8.468.544,95. Tal implemento se deu em virtude movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

**Quadro XXV - Dotação Atualizada UG 040103**

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
128	0,00	0,00	0,00	3.670.427,48	3.670.427,48
328	0,00	0,00	0,00	4.798.117,47	4.798.117,47
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.468.544,95</b>	<b>8.468.544,95</b>

Fonte: Business Object 2021

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040103 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

**Quadro XXVI - Balanço Orçamentário - UG 040103**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações				
Crédito/Refinanciamento				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
<b>DÉFICIT</b>			5.756.437,73	5.756.437,73
<b>TOTAL</b>			<b>5.756.437,73</b>	<b>5.756.437,73</b>
SALDOS EXERC ANTERIORES				
Rec Arrec em Exerc Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura Crédito Adicionais				
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO</b>			<b>3.048.689,88</b>	

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040103, o montante de R\$ 3.048.689,88 (três milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Este total resulta dos valores empenhados das fontes de superávit de exercícios anteriores abertos durante o exercício, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro XXVII- Dotação Atualizada x Empenhado**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Canc. Dot. Inicial/Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
328	0		0	4.798.117,47	4.798.117,47	3.048.689,88
	0		0	4.798.117,47	4.798.117,47	3.048.689,88

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina.

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores da Receita Realizada no montante de R\$ 5.756.437,73 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 5.756.437,73. Desta análise, verificam-se que os valores da Receita Realizada e da Despesas Liquidadas são idênticos, por este motivo, em 2021, na UG 040103, comparando estas grandezas foi verificado equilíbrio orçamentário na execução.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>7.915.829,95</b>	<b>5.756.437,73</b>	<b>5.756.437,73</b>	<b>5.156.113,75</b>	<b>2.159.392,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais		7.915.829,95	5.756.437,73	5.756.437,73	5.156.113,75	2.159.392,22
Outras Despesas Correntes						
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>552.715,00</b>				<b>552.715,00</b>
Investimentos		552.715,00				552.715,00
<b>SUBTOTAL DESPESAS</b>		<b>8.468.544,95</b>	<b>5.756.437,73</b>	<b>5.756.437,73</b>	<b>5.156.113,75</b>	<b>2.712.107,22</b>



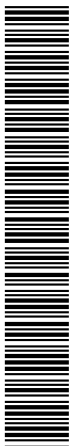


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		8.468.544,95	5.756.437,73	5.756.437,73	5.156.113,75	2.712.107,22
SUPERÁVIT						
TOTAL		8.468.544,95	5.756.437,73	5.756.437,73	5.156.113,75	2.712.107,22

Utilizando o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) cotejam-se os valores de Dotação Atualizada no montante de R\$ 8.468.544,95 e das Despesas Liquidadas no montante de R\$ 5.756.437,73. Desta análise, verificam-se que os valores apurados de Dotação Atualizada por este PJP superam os valores da Despesa Liquidada, por este motivo, em 2021, na UG 040101, comparando estas grandezas foi possível verificar uma economia na realização das despesas no montante de R\$ 2.712.107,22.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$



### 3.2. Do Balanço Financeiro

#### 3.2.1. Balanço Financeiro - UG 040101

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 429).

No exercício de 2021, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040101 representaram um montante de R\$ 1.412.881.593,76. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 559.403.296,68, como identificado abaixo.

**Quadro XXIX - Balanço Financeiro 2021 – UG 040101.**

INGRESSOS		
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>		<b>1.412.881.593,76</b>
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.412.881.593,76	
REPASSE RECEBIDO	1.384.505.277,77	
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	15.613.429,69	
VALORES DIFERIDOS	12.762.886,30	
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>		<b>559.403.296,68</b>
CONSIGNAÇÕES	365.261.120,12	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.752.421,37	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	75.744.095,32	
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	115.411.992,00	
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	233.667,87	
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>		<b>75.172.282,14</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	75.152.595,83	
DEPÓSITOS RESTIT. E VAL.VINCULADOS	19.686,31	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>2.047.457.172,58</b>

DISPÊNDIOS		
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>		<b>1.261.923.576,60</b>
ORDINÁRIA	1.257.072.838,15	
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	1.257.072.838,15	
VINCULADA	4.850.738,45	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	4.850.738,45	
<b>TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>		<b>139.450.165,86</b>
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORÇAMENTÁRIA	18.698.884,44	





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

REPASSE CONCEDIDO	18.698.884,44	
TRANSF. CONCED. INDEP. EXEC. ORÇAMENT.	120.751.281,42	
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>		<b>498.447.377,82</b>
CONSIGNAÇÕES	364.672.894,29	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.752.421,37	
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	2.847.183,86	
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	128.174.878,30	
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>		<b>147.636.052,30</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	147.616.365,99	
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	19.686,31	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>2.047.457.172,58</b>

Fonte: SIAFEM 2021

Ressalta-se o valor de R\$ 120.751.281,42, de Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária, presente nos Dispêndios. Este valor refere-se à devolução, da UG do TJPA para a UG do Governo do Estado do Pará, de saldos financeiros remanescentes decorrentes das entregas dos duodécimos, pelo encerramento do exercício, em atendimento ao Decreto nº 2002, de 19 novembro de 2021, que estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2021.

Atendendo ao mesmo normativo, dentre os valores de Repasses Concedidos, nas Transferências Concedidas para Execução Orçamentária, estão R\$ 7.647.443,44, referentes à devolução, da UG do TJPA para a UG do Governo do Estado do Pará, de saldos relativos aos rendimentos de aplicações das entregas dos duodécimos.

O valor do Saldo para o Exercício Seguinte (IX) do Balanço Financeiro, de R\$ 147.636.052,30, difere do valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 160.398.938,60. Em análise, a equipe da SCI observou que esta diferença, de R\$ 12.762.886,30, representa o saldo da conta “Valores Diferidos do Exercício” presente em Outras Disponibilidades Financeiras, na Demonstração da Disponibilidade de Caixa. Isto por que este valor representa um Ativo Financeiro, porém não passou pelo Caixa e Equivalentes de Caixa. Esta equipe solicitou esclarecimentos sobre este ponto, e em resposta, o Departamento Financeiro da SEPLAN/TJPA, informou que “refere-se ao valor Diferido de Receita de Dezembro/2021. Repasse que a SEFA deveria ter realizado ao TJ-PA, em



dezembro/2021, que só foi detectado em Janeiro/2022, desta forma foi feito o lançamento retroativo de ajuste na modalidade de Receita Diferida”.

**Quadro XXX - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101**

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>160.398.938,60</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
BANCOS		
CONTA MOVIMENTO	2.968,00	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	147.613.397,99	
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	19.686,31	
VALORES DIFERIDOS DO EXERCÍCIO	12.762.886,30	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>160.398.938,60</b>
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
DEPÓSITOS	3.098.549,24	
RESTOS A PAGAR		
DO EXERCÍCIO		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	75.744.095,32	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
RP PROCESSADOS A PAGAR	205.093,81	
<b>DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO</b>	<b>81.351.200,23</b>	

Fonte: SIAFEM 2021

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 81.351.200,23.

O saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recurso é utilizado para a elaboração do Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 437).

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040101, a ser apresentado mais a frente neste relatório.

A Demonstração da Disponibilidade de Caixa não se confunde com a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que será tratada em outro tópico neste relatório.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

### 3.2.2. Balanço Financeiro - UG 040102

No exercício de 2021, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040102 representaram um montante de R\$ 181.843.660,62. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 952.074.277,45. Como identificado abaixo.

Quadro XXXI - Balanço Financeiro 2021 - UG 040102

INGRESSOS		
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>		<b>181.843.660,62</b>
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	181.843.660,62	
REPASSE RECEBIDO	7.194.960,71	
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	174.648.699,91	
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>		<b>952.074.277,45</b>
CONSIGNAÇÕES	5.014.510,15	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	908.774.706,03	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	37.888.330,91	
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	396.730,36	
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>		<b>387.329.136,69</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	109.168.300,13	
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	278.160.836,56	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.521.247.074,76</b>

DISPÊNDIOS		
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>		<b>123.151.785,20</b>
ORDINÁRIA	7.925.226,59	
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	7.925.226,59	
VINCULADA	115.226.558,61	
REC. PROV. DE TRANSFERENCIAS-CONVÊNIOS E OUTROS	680.721,28	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	506.507,26	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	110.114.621,85	
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	3.924.708,22	
<b>TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>		<b>2.012.993,06</b>
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.012.993,06	
REPASSE CONCEDIDO	2.012.993,06	
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>		<b>874.858.278,27</b>
CONSIGNAÇÕES	5.133.034,50	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	853.937.880,43	
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	15.787.363,34	
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>		<b>521.224.018,23</b>





  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	188.226.356,07	
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	332.997.662,16	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.521.247.074,76</b>

Fonte: SIAFEM 2021

O valor do Saldo para o Exercício Seguinte do Balanço Financeiro está consistente com o valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 521.224.018,23, bem como apresenta consistência com o Ativo Financeiro do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, do Balanço Patrimonial, da UG 040102.

**Quadro XXXII - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102**

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>521.224.018,23</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
BANCOS		
CONTA MOVIMENTO	61.784,57	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	188.164.571,50	
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	332.997.662,16	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>521.224.018,23</b>
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
DEPÓSITOS	333.237.420,74	
RESTOS A PAGAR		
DO EXERCÍCIO		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	37.888.330,91	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
RP PROCESSADOS A PAGAR	1.378.425,69	
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		
VALORES DIFERIDOS		
<b>DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO</b>	<b>148.719.840,89</b>	

Fonte: SIAFEM 2021

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 148.719.840,89.

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040102, a ser apresentado mais a frente neste Relatório.

### 3.2.3. Balanço Financeiro – UG 040103





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2021, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040103 representaram um montante de R\$ 10.763.687,16. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 1.318.444,93. Como identificado abaixo.

A UG 040103 foi criada em agosto de 2021, desta forma, não existem valores de Saldo do Exercício Anterior para Caixa e Equivalentes de Caixa.

**Quadro XXXIII - Balanço Financeiro 2021 – UG 040103.**

INGRESSOS		
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>		<b>10.763.687,16</b>
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10.763.687,16	
REPASSE RECEBIDO	6.650.634,79	
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	4.113.052,37	
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>		<b>1.318.444,93</b>
CONSIGNAÇÕES	718.120,95	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	600.323,98	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>12.082.132,09</b>

DISPÊNDIOS		
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>		<b>5.756.437,73</b>
VINCULADA	5.756.437,73	
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	5.756.437,73	
<b>TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>		<b>47.713,61</b>
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORÇAMENTÁRIA	47.713,61	
REPASSE CONCEDIDO	47.713,61	
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>		<b>718.120,95</b>
CONSIGNAÇÕES	718.120,95	
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>		<b>5.559.859,80</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.559.859,80	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>12.082.132,09</b>

Fonte: SIAFEM 2021

O valor do Saldo para o Exercício Seguinte do Balanço Financeiro está consistente com o valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 5.559.859,80, bem como apresenta consistência com o Ativo Financeiro do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, do Balanço Patrimonial, da UG 040103.

**Quadro XXXIV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040103**

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>5.559.859,80</b>
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		



BANCOS		
CONTA MOVIMENTO	669,62	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.559.190,18	
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>5.559.859,80</b>
RESTOS A PAGAR		
DO EXERCÍCIO		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO A PAGAR	600.323,98	
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
VALORES DIFERIDOS		
<b>DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO</b>	<b>4.959.535,82</b>	

Fonte: SIAFEM 2021

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 4.959.535,82.

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040103, a ser apresentado mais a frente neste Relatório.

### 3.2.4. Balanço Financeiro – UG 050101

O Balanço Financeiro da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2021, apresenta-se sem movimento.

## 3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 3.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed., p. 452). No quadro abaixo expõe-se a DFC da UG 040101.

#### Quadro XXXV - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
INGRESSOS	1.899.293.216,49





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.412.881.593,76	
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	486.411.622,73	
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>1.826.829.446,33</b>
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.020.029.046,91	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	305.600.600,23	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	501.199.799,19	
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>72.463.770,16</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>0,00</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>72.463.770,16</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	75.152.595,83	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	147.616.365,99	

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.412.881.593,76	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		<b>1.412.881.593,76</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	305.600.600,23	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		<b>305.600.600,23</b>

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	1.020.029.046,91	
<b>TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		<b>1.020.029.046,91</b>

Fonte: SIAFEM 2021

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 486.411.622,73, está detalhado em: Consignações, R\$ 365.261.120,12; Depósitos de Diversas Origens, R\$ 2.752.421,37; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 2.752.421,37; Recursos Financeiros Diferidos, R\$ 115.411.992,00; e Ganhos com a Desincorporação de Passivos, R\$ 233.667,87.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 501.199.799,19, está detalhado em: Consignações, R\$ 364.672.894,29; Depósitos de Diversas Origens, R\$ 2.752.421,37; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 2.847.183,86; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 2.752.421,37; e Recursos Financeiros Diferidos, R\$ 128.174.878,30.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 147.616.365,99, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.



### 3.3.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102.

**Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<b>INGRESSOS</b>		<b>1.949.837.611,35</b>
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	181.843.660,62	
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	1.767.993.950,73	
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>1.864.432.536,89</b>
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	78.916.435,77	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.012.993,06	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.783.503.108,06	
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>85.405.074,46</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>6.347.018,52</b>
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.192.577,75	
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	2.154.440,77	
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-6.347.018,52</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>0,00</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>79.058.055,94</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	109.168.300,13	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	188.226.356,07	

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	181.843.660,62	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		<b>181.843.660,62</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	2.012.993,06	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		<b>2.012.993,06</b>

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	78.916.435,77	
<b>TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		<b>78.916.435,77</b>

Fonte: SIAFEM 2021

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 1.767.993.950,73, está detalhado em: Consignações, R\$ 5.014.510,15; Depósitos de Diversas Origens, R\$ 908.774.706,03; Depósitos Restituíveis e Val.



Vinculados, R\$ 853.808.004,19; e Ganhos com a Desincorporação de Passivos, R\$ 396.730,36.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 1.783.503.108,06, está em: Consignações, R\$ 5.133.034,50; Depósitos de Diversas Origens R\$ 853.937.880,43; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 15.787.363,34; e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 908.644.829,79.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 188.226.356,07, apresentado na DFC da UG 040102 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040102.

Em análise, a equipe da SCI solicitou esclarecimentos sobre a conta Depósitos de Diversas Origens e a conta Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados (nos Ingressos), bem como a conta Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados e a conta Depósitos de Diversas Origens (nos Desembolsos).

Em resposta, a SEPLAN elaborou Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102, enumeradas de 01 a 04. Referidas Notas esclarecem que, esses Depósitos de Diversas Origens e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados representam valores de terceiros, detalhando a movimentação dessas contas. "O Fluxo operacional contempla situações atípicas à atividade operacional, como a guarda de valores de terceiros evidenciados NE 01 do Balanço Financeiro, que afetam o saldo de Caixa e Equivalentes e não são reconhecidas como patrimônio da entidade (...)".

### 3.3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040103.

**Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<b>INGRESSOS</b>		<b>11.481.808,11</b>
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	10.763.687,16	
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	718.120,95	
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>5.921.948,31</b>
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	5.156.113,75	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	47.713,61	
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	718.120,95	





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	5.559.859,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	5.559.859,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	5.559.859,80

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	10.763.687,16	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		<b>10.763.687,16</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	47.713,61	
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		<b>47.713,61</b>

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	5.156.113,75	
<b>TOTAL DE DESEMBOLÇOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		<b>5.156.113,75</b>

Fonte: SIAFEM 2021

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 718.120,95, está detalhado em: Consignações, R\$ 718.120,95.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 718.120,95, está em: Consignações, R\$ 718.120,95.

Como informado anteriormente, a UG 040103 foi criada em agosto de 2021, desta forma, não existem valores de Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial para esta UG.

### 3.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – UG 050101

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2021, apresenta-se sem movimento.



### 3.4. Balanço Patrimonial

Nesta seção estão demonstrados os registros oriundos de escriturações movimentadas referentes ao sistema patrimonial. Os demonstrativos referem-se à posição patrimonial de 04 (quatro) unidades gestoras diferentes, quais sejam a UG 040101, que aloca valores relativos ao Tesouro; UG 040102, que aloca valores relativos ao FRJ; UG 040103, para alocação de valores referentes ao Registro Civil, criada no exercício 2021; e UG 050101, referente a Justiça Militar do Estado do Pará.

Em relação esta última UG, não houve no exercício 2021 nenhuma movimentação, estando todos os demonstrativos patrimoniais com saldo zerado. Constatou-se que, conforme Ofício nº 1244/2018-GP, no intuito de reduzir a estrutura de gastos administrativos, concentrou-se os gastos da UG 050101 na UG 040101 – Tribunal de Justiça. Assim, a execução dos gastos da Justiça Militar passou a ser responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Importante ressaltar que o Balanço Patrimonial se estrutura, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/64 e alterações pela Portaria STN nº 438/2012, de Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. Além da estrutura fixada em lei, o Balanço Patrimonial segue as diretrizes propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Desse modo, passaremos a analisar o Balanço Patrimonial de cada uma das unidades gestoras, separadamente.

#### 3.4.1. Balanço Patrimonial - UG 040101

##### 3.4.1.1. Quadro Principal

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040101**  
**Quadro XXXVIII - BALANÇO PATRIMONIAL**

**EXERCÍCIO 2021**

<b>ATIVO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Ativo Circulante</b>		



PAMEM202214488







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Caixa e Equivalentes de Caixa	147.616.365,99	75.152.595,83
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	13.648.172,37	19.686,31
Estoques	998.033,32	0,00
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>162.262.571,68</b>	<b>75.172.282,14</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>162.262.571,68</b>	<b>75.172.282,14</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	61.287.442,49	2.609.865,12
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.868.156,98	614.422,56
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.098.549,24	2.510.323,41
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>79.254.148,71</b>	<b>5.734.611,09</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	83.008.422,97	69.437.671,05
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>83.008.422,97</b>	<b>69.437.671,05</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>162.262.571,68</b>	<b>75.172.282,14</b>

### 3.4.1.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
UG 040101  
Quadro XXXIX - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

EXERCÍCIO 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>		
Ativo Financeiro	160.398.938,60	75.172.282,14
Ativo Permanente	1.863.633,08	0,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>162.262.571,68</b>	<b>75.172.282,14</b>
<b>Passivo (II)</b>		
Passivo Financeiro	79.047.738,37	5.562.601,08



PAMEM202214488



Passivo Permanente	206.410,34	172.010,01
<b>Total do Passivo</b>	<b>79.254.148,71</b>	<b>5.737.611,09</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I-II)</b>	<b>83.008.422,97</b>	<b>69.437.671,05</b>

### 3.4.1.3. Quadro das Contas de Compensação

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040101**  
**Quadro XL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

EXERCÍCIO 2021		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Garantias e Contra garantias recebidas	19.686,31	19.686,31
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>19.686,31</b>	<b>19.686,31</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Obrigações contratuais	76.801.614,82	9.390.082,29
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>76.801.614,82</b>	<b>9.390.082,29</b>

### 3.4.1.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040101**  
**Quadro XLI - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

EXERCÍCIO 2021			
FONTES DE RECURSOS			
Código da Fonte	Descrição da Fonte	Exercício Atual	Exercício Anterior
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	77.706.944,36	62.623.878,61
16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	8.500,00	6.302.094,70
50	Outras Destinações de Recursos	3.635.755,87	683.707,75
<b>Total das Fontes de Recursos</b>		<b>81.351.200,23</b>	<b>69.609.681,06</b>

### 3.4.1.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo;



**Quadro XLII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>61.287.442,49</b>	<b>2.609.865,12</b>
Pessoal a Pagar	59.688.442,21	1.105.992,18
Encargos Sociais a Pagar	1.599.000,28	1.503.872,94

b) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

**Quadro XLIII - Componentes do patrimônio líquido**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>83.008.422,97</b>	<b>69.437.671,05</b>
Superávits ou Déficits Acumulados	69.437.671,05	43.230.777,01
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	13.570.751,92	26.206.894,04

**3.4.1.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040101**

**3.4.1.6.1. Liquidez Imediata**

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{147.616.365,99}{79.254.148,71} = 1,86$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 1,86 em caixa e equivalentes. Em relação ao exercício anterior, esse índice era de 13,10, o que indica que a liquidez imediata diminuiu em 704% na UG. No entanto, analisando uma linha histórica verifica-se que 2020 apresenta um índice atípico, tendo em vista que este quociente em 2019 foi de 3,18 e em 2018 foi de 1,87.

**3.4.1.6.2. Liquidez Corrente**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{162.262.571,68}{79.254.148,71} = 2,04$$



O quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação. Assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo aumenta em quase 9% em relação a liquidez imediata.

#### 3.4.1.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{79.254.148,71}{79.254.148,71} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040101 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

#### 3.4.1.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{160.398.938,60}{79.047.738,37} = 2,02$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 2,02 de Ativo Financeiro.

### 3.4.2. Balanço Patrimonial - UG 040102

#### 3.4.2.1. Quadro Principal

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ -**  
**UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO**  
**Quadro XLIV - BALANÇO PATRIMONIAL**

**EXERCÍCIO 2021**

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Caixa e Equivalentes de Caixa	188.226.356,07	109.168.300,13
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	334.634.515,39	280.625.269,26
Estoques	3.681.035,46	2.324.236,90
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>526.541.906,92</b>	<b>392.117.806,29</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Imobilizado	417.229.051,97	393.878.302,03
Intangível	0,00	841.875,00
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>417.229.051,97</b>	<b>394.720.177,03</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>943.770.958,89</b>	<b>786.837.983,32</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	32.327,15	62.694,13
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	39.317.516,05	17.103.206,90
Demais Obrigações a Curto Prazo	333.237.420,74	278.519.119,49
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>372.587.263,94</b>	<b>295.685.020,52</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Resultados Acumulados	571.183.694,95	491.152.962,80
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>571.183.694,95</b>	<b>491.152.962,80</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>943.770.958,89</b>	<b>786.837.983,32</b>

### 3.4.2.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO  
Quadro XLV - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES  
EXERCÍCIO 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>		
Ativo Financeiro	521.224.018,23	387.329.136,69
Ativo Permanente	422.546.940,66	399.508.846,63
<b>Total do Ativo</b>	<b>943.770.958,89</b>	<b>786.837.983,32</b>
<b>Passivo (II)</b>		
Passivo Financeiro	372.504.177,34	295.684.908,52
Passivo Permanente	83.086,60	112,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>372.587.263,94</b>	<b>295.685.020,52</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I-II)</b>	<b>571.183.694,95</b>	<b>295.685.020,52</b>



### 3.4.2.3. Quadro das Contas de Compensação

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO**  
**Quadro XLVI - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

**EXERCÍCIO 2021**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Garantias e Contragarantias recebidas	446.733,41	434.408,74
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>446.733,41</b>	<b>434.408,74</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Obrigações contratuais	115.876.811,01	169.398.386,20
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>115.876.811,01</b>	<b>169.398.386,20</b>

### 3.4.2.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO**  
**Quadro XLVII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

**EXERCÍCIO 2021**

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Código da Fonte	Descrição da Fonte		
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	43.452.379,63	44.435.593,30
15	Rec. Prov. De Transferências - Convênios e Outros	427,65	681.148,93
16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	1.682.643,10	171.672,52
18	Recursos destinados a Fundos dos Poderes	78.466.110,64	23.829.209,97
50	Outras Destinações de Recursos	25.118.279,87	22.526.603,45
<b>Total das Fontes de Recursos</b>		<b>148.719.840,89</b>	<b>91.644.228,17</b>

### 3.4.2.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

a) Imobilizado;

**Quadro XLVIII - Imobilizado**

IMOBILIZADO		
<b>BENS MOVEIS</b>		<b>88.833.036,71</b>
Aparelhos de Medição e Orientação		49.580,52
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação		404.976,20
Aparel e Equip Médico, Odontológ, Laborator e Hospitalar		118.395,32





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	592.208,98
Máquinas e Equipamentos industriais	2.713,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.404.519,91
Máquinas e Equipamentos Gráficos	19.813,16
Máquina, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.076.451,13
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	2.208,61
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropec e Rodov	5.163,76
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	23.377,13
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferramentas	3.697.623,84
Equipamentos de Processamento de Dados	55.899.696,84
Equipamentos de Tecnologia da Informação	2.100.000,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	838.149,65
Máquinas e Utensílios de Escritório	118.567,13
Mobiliário em Geral	11.738.210,95
Coleções e Materiais Bibliográficos	14.973,71
Instrumentos Musicais e Artísticos	2.591,05
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	2.307.285,49
Obras de Arte e peças para Exposição	16.132,01
Veículos em Geral	354.660,64
Veículos de Tração	5.857.355,12
Embarcações	126.034,26
Estoque Interno	2.021.619,96
Armamento	24.090,38
Outros Bens Móveis	16.638,77
<b>(-) DEPREC, EXAUSTÃO, AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b>	<b>-74.728.145,98</b>
(-) Deprec Acum Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferram	-5.097.347,09
(-) Depreciação Acumulada de bens de Informática	-27.603.656,29
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	-5.938.041,74
(-) Deprec Acum Materiais Cultura, Educação e Comunic	-1.326.003,51
(-) Depreciação Acumulada Veículos	-12.210.899,08
(-) Depreciação Acum Peças e Conjuntos de Reposição	-1.887,84
(-) Depreciação acumulada de Armamentos	-15.021,72
(-) Depreciação Acumulada de Demais Bens Móveis	-3.186,86
(-) Depreciação Acumulada de Bens de Uso Especial	-22.532.101,85
<b>BENS IMOVEIS</b>	<b>403.124.161,24</b>
Edifícios	179.243.759,10
Terrenos/Glebas	211.660.627,35
Obras em Andamento	11.917.120,46
Estudos e Projetos	302.654,33
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>417.229.051,97</b>

b) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Quadro XLIX - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>32.327,15</b>	<b>2.609.865,12</b>
Encargos Sociais a Pagar	32.327,15	32.327,15



c) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

**Quadro L - Componentes do patrimônio líquido**

	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>571.183.694,95</b>	<b>491.152.962,80</b>
Superávits ou Déficits Acumulados	491.152.962,80	481.768.726,661
Ajustes de Bens Imóveis	544.080,09	0,00
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	79.486.652,06	9.384.236,14

**3.4.2.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040102**

**3.4.2.6.1. Liquidez Imediata**

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{188.226.356,07}{372.587.263,94} = 0,51$$

Esse quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. O índice aponta para uma situação deficitária, onde a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe de R\$ 0,51 em caixa e equivalentes. Esta situação também se apresentou no exercício anterior, no qual a cada R\$ 1,00 de compromisso, o TJPA dispunha de R\$ 0,37 em disponibilidades.

**3.4.2.6.2. Liquidez Corrente**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{526.541.906,92}{372.587.263,94} = 1,41$$

Quanto a Liquidez Corrente, que demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação, o TJPA apresenta situação superavitária, assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo aumenta,





passando a apresentar R\$ 1,41 de capacidade de pagamento de compromissos para cada R\$ 1,00 comprometido.

#### 3.4.2.6.3. Composição do Endividamento

<b>Passivo Circulante</b>	=	<b>372.587.263,94</b>	=	<b>1,00</b>
<b>Passivo (Circulante + Não Circulante)</b>		<b>372.587.263,94</b>		

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040102 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

#### 3.4.2.6.4. Situação Financeira

<b>Ativo Financeiro</b>	=	<b>521.224.018,23</b>	=	<b>1,40</b>
<b>Passivo Financeiro</b>		<b>372.507.177,34</b>		

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,40 de Ativo Financeiro, ou seja, uma diferença superavitária de 40%.

### 3.4.3. Balanço Patrimonial - UG 040103

#### 3.4.3.1. Quadro Principal

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ -**  
**UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA**  
**Quadro LI - BALANÇO PATRIMONIAL**

**EXERCÍCIO 2021**

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Caixa e Equivalentes de Caixa	5.559.859,80	0,00
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>5.559.859,80</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.559.859,80</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	600.323,98	0,00
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>600.323,98</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Resultados Acumulados	4.959.535,82	0,00
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.959.535,82</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.559.859,80</b>	<b>0,00</b>

### 3.4.3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA  
Quadro LII - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES  
EXERCÍCIO 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Ativo (I)</b>		
Ativo Financeiro	5.559.859,80	0,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.559.859,80</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo (II)</b>		
Passivo Financeiro	600.323,98	0,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>600.323,98</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I-II)</b>	<b>4.959.535,82</b>	<b>0,00</b>

### 3.4.3.3. Quadro das Contas de Compensação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA  
Quadro LIII - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO  
EXERCÍCIO 2021



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 3.4.3.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA**  
**Quadro LIV - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

**EXERCÍCIO 2021**

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Código da Fonte	Descrição da Fonte		
16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	4.448.290,79	0,00
50	Outras Destinações de Recursos	511.245,03	0,00
<b>Total das Fontes de Recursos</b>		<b>4.959.535,82</b>	<b>0,00</b>

#### 3.4.3.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- A) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

**Quadro LV - Componentes do patrimônio líquido**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>4.959.535,82</b>	<b>0,00</b>
Superávits ou Déficits Acumulados	0,00	0,00
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	4.959.535,82	0,00

#### 3.4.3.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040103

##### 3.4.3.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{5.559.859,80}{600.323,98} = 9,26$$



Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 9,26 em caixa e equivalentes.

#### 3.4.3.6.2. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{600.323,98}{600.323,98} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040103 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

#### 3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais são classificadas em variações quantitativas e variações qualitativas.

Para efeito de análises, as variações quantitativas são as que nos interessam, pois essas compreendem alterações que provocam modificações nos elementos patrimoniais, podendo ser divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas, as que aumentam o Patrimônio Líquido; e a Variações Patrimoniais Diminutivas, diminuem o Patrimônio Líquido. As Variações Patrimoniais Qualitativas não afetam o Patrimônio Líquido, visto que correspondem apenas à materialização de fenômenos permutativos patrimoniais.

O art. 104 da Lei nº 4.320/64 não estabelece a estrutura de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais, no entanto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, dispõe que a DVP será elaborada utilizando-se as classes



3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

A seguir, analisaremos a Demonstração de Variações Patrimoniais de cada uma das Unidades Gestoras.

### 3.5.1. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040101

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040101**  
**Quadro LVI - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Exercício 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Transferências e Delegações Recebidas	1.412.881.593,76	1.111.283.423,28
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	233.667,87	
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>1.413.115.261,63</b>	<b>1.111.283.423,28</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Pessoal e Encargos	1.178.494.912,58	1.049.468.222,82
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.039.431,51	1.816.900,97
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	65.286.173,29	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	500,00
Transferências e Delegações Concedidas	139.450.165,86	28.254.012,52
Tributárias	491.281,92	387.992,51
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.782.544,55	5.148.900,42
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>1.399.544.509,71</b>	<b>1.085.076.529,24</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>13.570.751,92</b>	<b>26.206.894,04</b>

#### 3.5.1.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

##### 3.5.1.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{1.413.115.261,63}{1.399.544.509,71} = 1,01$$



Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2021, o índice aponta, em termos percentuais, para um discreto superávit.

### 3.5.2. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO**  
**Quadro LVII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Exercício 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Transferências e Delegações Recebidas	181.843.660,62	166.027.736,63
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	396.730,36	168.861,79
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		300,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>182.240.390,98</b>	<b>166.261.772,96</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Pessoal e Encargos	0,00	14.009.272,54
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	489.483,60	383.127,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	85.318.403,80	133.661.010,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	33.059,43	1.455,51
Transferências e Delegações Concedidas	4.439.011,62	2.816.937,17
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	101.850,51	0,00
Tributárias	398.301,41	487.286,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.973.628,55	5.518.447,68
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>102.753.738,92</b>	<b>156.877.536,82</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>79.486.652,06</b>	<b>9.384.236,14</b>

#### 3.5.2.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

##### 3.5.2.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{182.240.390,98}{102.753.738,92} = 1,77$$



Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2021, o índice demonstra superávit.

### 3.5.2.1.2. Ganhos e Perdas de Ativos

$$\frac{\text{Valorização e Ganhos com Ativos}}{\text{Desvalorização e Perdas de Ativos}} = \frac{396.730,36}{101.850,51} = 3,90$$

Esse quociente demonstra quanto as VPA obtidas com a Valorização e Ganhos com Ativos representam em relação às VPD oriundas da Desvalorização e Perdas de Ativo. Assim, o TJPA obteve resultado positivo, resultando em aumento do Patrimônio Líquido.

### 3.5.3. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA**  
**Quadro LVIII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Exercício 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Transferências e Delegações Recebidas	10.763.687,16	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>10.763.687,16</b>	<b>0,00</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Transferências e Delegações Concedidas	47.713,61	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.756.437,73	0,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>5.804.151,34</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>4.959.535,82</b>	<b>0,00</b>

#### 3.5.3.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

##### 3.5.3.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{10.763.687,16}{5.804.151,34} = 1,85$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2021, o índice aponta superávit.



PAMEM202214488





## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, elaborada pela SCI, referente ao exercício de 2021.

Esta SCI elaborou este relatório em cumprimento do Art. 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, que determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do TCE-PA devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. O Art. 4º, §2º da referida Resolução determina ainda que a unidade de controle interno elabore relatório e parecer informando as situações significativas apuradas no que diz respeito a análise da Prestação de Contas.

O presente relatório tem como objetivo apresentar análise acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da SCI, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, gestão e contábil do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Para a avaliação da gestão foram analisados em 4 (quatro) tópicos a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em resumo, após análise dos documentos enviados pelas unidades, concluiu-se que:

### Pessoal

Como visto, houve um aumento da Despesa bruta com Pessoal no ano de 2021, representando um aumento de 9,51% do ano anterior. Ressalta-se, contudo, que o PJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,79% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%, além de ser menor que o ano anterior, de 4,05%.



A redução do custo médio de despesas por habitante também foi observada em outros tribunais estaduais de acordo com o Relatório de Justiça em Números de 2021, ano-base 2020, no entanto, vale destacar que, o PJPA foi o que apresentou a menor despesa por habitante dentre os tribunais de médio porte.

### **Gestão de Compras e Contratações**

O TJPA não possui indicadores de desempenho que estabeleçam parâmetros de análise deste tópico de gestão. Contudo, destaca-se que o órgão obteve a economia de R\$ 80.577.851,67 (oitenta milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta um reais e sessenta e sete centavos), o que representa um deságio de 56,03% em relação ao total estimado para as licitações realizadas no exercício.

### **Obras e Serviços de Engenharia**

Para a operacionalização da atividade de Obras e Serviços foram previstos 2 (dois) Projetos-atividade: Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário e Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário. No entanto, por necessidades administrativas, o TJPA executou as obras e serviços supracitados em projetos-atividades diversos dos inicialmente programados.

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 2.792.000,00 (dois milhões e setecentos e noventa e dois mil reais), tendo sido executados R\$ 484.231,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e um reais). Em análise do desempenho físico, percebe-se que a meta foi de 23,08%, portanto aquém do programado. No que se refere a economicidade, o resultado demonstra eficiência dos gastos, visto que se atingiu a referida meta utilizando apenas 17,34% da disponibilidade financeira.

Em relação ao projeto-atividade Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a importância de R\$ 14.099.792,00 (quatorze milhões, noventa e nove mil, setecentos e noventa e dois reais), tendo sido executados R\$ 6.192.244,00 (seis milhões, cento e noventa e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais). Este projeto seguiu comportamento semelhante ao citado anteriormente, atingindo a meta física de 69,13%, demonstrando melhor desempenho em relação às



obras de Ampliação, e utilizando apenas 43,92% da meta financeira, ratificando a boa gestão dos recursos financeiros.

### **Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação**

Para o exercício de 2021, o TJPA orçou um dispêndio atualizado de R\$ 57.093.128,00 (cinquenta e sete milhões, noventa e três mil e cento e vinte oito reais) para atender o projeto-atividade Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário. Do montante dotado, 98% (R\$ 56.493.150) destes créditos foram suficientes para o atingimento de 100% da meta física.

### **Demonstrações Contábeis**

A estrutura das Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício 2021 está de acordo com os princípios contábeis aplicáveis à Contabilidade do setor público, e segue os parâmetros da Lei nº 4.320/1964 e modelos MCASP.

Cabe ressaltar que, devido aos órgãos externos, responsáveis pelo desfecho das informações para elaboração dos demonstrativos contábeis finais, não apresentarem em tempo oportuno tais informações, a SEFIN deste Tribunal apresentou demonstrativos provisórios, com data de 09/03/2022.

Ressalta-se ainda que, em que pese a estrutura das demonstrações apresentar conformidade com as normas contábeis, os valores que compõem os saldos apresentados não foram objeto de análises, cabendo esta análise mais aprofundada aos trabalhos operacionais de auditoria.

### **CONCLUSÃO DA SECOI**

Considerando a EC nº 109/2021, que determinou ao Poder Judiciário a devolução dos saldos financeiros referentes aos repasses dos duodécimos não utilizados até o encerramento do exercício de 2021, no esforço de utilizar ao máximo suas disponibilidades financeiras, e no intuito de gerar benefícios à sociedade no que se refere ao aprimoramento da atuação jurisdicional, o TJPA solicitou abertura de crédito por excesso de arrecadação.



Com isso, algumas despesas correntes suportadas inicialmente pela UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, passaram a ser executadas na UG 040101 – Tribunal de Justiça, onde estavam concentrados os valores decorrentes do excesso de arrecadação.

Assim, conforme esclarecimentos prestados pela SEFIN deste Tribunal, foi solicitada a abertura de créditos adicionais, que foi autorizada pelo Decreto Estadual nº 1906 de 04 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 06 de outubro de 2021. Para a solicitação dos créditos que suportariam as despesas correntes supracitadas, o setor se fundamentou nos Arts. 43 e 47 da Lei nº 9.105/2020, que autorizam o QDD aprovado em Lei Orçamentária a sofrer alterações, desde que essas alterações ocorram em mesmo projeto, atividade e operação especial, e no mesmo grupo da natureza da despesa, fonte e modalidade de aplicação.

Ocorre que a solicitação de crédito adicional foi feita por meio de Créditos Suplementares. Assim, ainda que a LDO autorize por meio dos Arts. 43 e 47 a possibilidade de alterações no QDD, é importante observar as diretrizes gerais de direito financeiro, instituídas pela Lei nº 4.320/1964, a qual em seu Art. 41, inciso I, conceitua como crédito suplementar os créditos destinados ao reforço de dotações orçamentárias.

Entende-se que o reforço só se torna possível quando há previsão inicial de dotação orçamentária. Não havendo esta previsão, se faz necessário a abertura de créditos especiais, conforme inciso II, Art. 41, da Lei nº 4.320/1964.

Cabe ressaltar que, apesar da formalização da solicitação do crédito em questão não se amoldar exatamente às disposições legais correlatas, seus efeitos reputam-se válidos, levando em consideração que as disponibilidades financeiras geradas pelo crédito autorizado foram utilizadas pelo TJPA na sua finalidade essencial.

Em relação às situações apontadas no item 2.2.2 deste relatório, esta SECOI já alertou as unidades responsáveis, solicitando providências imediatas para solução dos achados. Além disso, serão instaurados procedimentos internos para correções e ajustes necessários às inconsistências verificadas.

Importante destacar que não foram identificados indícios de enriquecimento ilícito do gestor, prejuízo ao erário e ação ou omissão dolosa que viole os deveres de



honestidade, imparcialidade e de legalidade, nos termos do Art. 11 da Lei nº 8.429/1992.

Além disso, nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, somente haverá improbidade administrativa quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

Em suma, com base na análise da documentação exigida pelo TCE-PA para fins de Prestação de Contas Anual de Gestão, esta SECOI conclui ser possível recomendar a aprovação das contas do TJPA em relação ao exercício de 2021.

Submetemos o presente relatório à apreciação do Secretário de Controle Interno e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.

Belém, 30 de março de 2022.

**Humberto Pereira Lima Filho**  
Analista Judiciário – Ciências Contábeis

**Oscar Bruno Maciel de Abreu**  
Analista Judiciário – Análise de  
Sistemas/Suporte

**Stela Reis de Souza**  
Analista Judiciária – Ciências Contábeis

**Sheila Alves de Lima Maciel**  
Requisitada – Arquiteta

**Milene Laíse Silva Correa**  
Chefe da Divisão de Controle de Receitas

**Lourival Pereira Boulhosa Neto**  
Chefe da Divisão de Auditoria

**Betânia Souza da Silva Pinheiro**  
Assessora Jurídica

**TIAGO SILVA GUIMARÃES**  
Secretário de Controle Interno

